

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR  
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO**

**JAKELINE GELLA DE OLIVEIRA**

**O DIREITO À HONRA, IMAGEM, INTIMIDADE, PRIVACIDADE E  
INVIOABILIDADE DO CORPO DO *DE CUJUS* COM RELAÇÃO A  
PUBLICAÇÕES NA MÍDIA**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
MONOGRAFIA**

**CACOAL – RO  
2016**

**JAKELINE GELLA DE OLIVEIRA**

**O DIREITO À HONRA, IMAGEM, INTIMIDADE, PRIVACIDADE E  
INVIOLABILIDADE DO CORPO DO *DE CUJUS* COM RELAÇÃO A  
PUBLICAÇÕES NA MÍDIA**

Monografia apresentada à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito, elaborada sob a orientação da professora M.<sup>a</sup> Daeane Zulian Dorst.

**CACOAL - RO  
2016**

Oliveira, Jakeline Gella de.

O48d O direito a honra, imagem, intimidade, privacidade e inviolabilidade do corpo do Cujus com relação a publicações na mídia/ Jakeline Gella de Oliveira– Cacoal/RO: UNIR, 2016. 70 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).  
Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal.  
Orientadora: Profa. M.<sup>a</sup> Daeane Zulian Dorst.

1. Direito constitucional. 2. Direito civil. 3. Liberdade de imprensa. 4. Colisão de princípios. I. Dorst, Daeane Zulian. II. Universidade Federal de Rondônia – UNIR. III. Título.

CDU – 342

Catálogo na publicação: Leonel Gandi dos Santos – CRB11/753

# **O DIREITO À HONRA, IMAGEM, INTIMIDADE, PRIVACIDADE E INVIOABILIDADE DO CORPO DO *DE CUJUS* COM RELAÇÃO A PUBLICAÇÕES NA MÍDIA**

**JAKELINE GELLA DE OLIVEIRA**

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, para obtenção do grau de Bacharel em Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

---

Professora M.<sup>a</sup> Daeane Zulian Dorst - UNIR - Presidente

---

Professora M.<sup>a</sup> Kaiomi de Souza Oliveira - UNIR - Membro

---

Professora Esp. Graciela Flavia Hack - UNIR - Membro

Conceito: 90

Cacoal, 01 de julho de 2016.

Dedico este trabalho de conclusão de curso aos meus preciosos pais, Maria Olinda Gella e Célio Meira de Oliveira, minhas inspirações para seguir firme com meus sonhos.  
À minha amada irmã-amiga Jéssica Gella de Oliveira, companheira de todas as horas, por seu amor sem medidas.  
Por fim, em memória de meu grande amigo Alex Martinelli.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus por todas as bênçãos e pessoas maravilhosas que tem posto em minha vida.

Com muito carinho, agradeço à minha orientadora Professora Mestre Daeane Zulian Dorst, por tamanha disponibilidade, compreensão e respaldo intelectual, imprescindíveis para o término deste trabalho. Bem como, pelos ensinamentos a mim conferidos durante o curso.

Agradeço à Professora Mestre Sônia Mara Nita, por seu belo desempenho como coordenadora das atividades monográficas e especial atenção destinada aos acadêmicos de Direito, nesta etapa tão esperada.

Também agradeço ao Professor Mestre Afonso Maria das Chagas, pelas boas conversas e sugestões.

Por fim, agradeço e ofereço este trabalho aos meus irmãos de coração – Aline Rak, Felipe Kloos, Maria Luísa, Laís Gabriel, Fernanda Gabriela, Jonata Santana, Daniel Freire, Vitória Gambarra e Hiago Bastos – por todo apoio, afeto e paciência que tiveram comigo ao longo deste caminho.

## RESUMO

Embora o artigo 6º do Código Civil Brasileiro afirme que a personalidade da pessoa natural se encerra com a morte, deixando o *de cuius*, por conseguinte, de ser sujeito de direitos e deveres, não se pode vilipendiar a ideia de tutela jurídica de direitos *post mortem* como a honra, imagem, intimidade, privacidade e inviolabilidade de seus restos mortais, garantidos pelo princípio da dignidade da pessoa humana. Deste modo, não deve haver nenhum tipo de ameaça ou lesão a seus direitos. Outrora, o direito à liberdade de imprensa, sem censura ou medo, também figura como princípio constitucional, sendo este instrumento eficaz na difusão de fatos e notícias, efetivando o atual Estado democrático de Direito. Sabe-se que os direitos da personalidade são de certo modo aplicáveis ao *de cuius*, com base no princípio da dignidade da pessoa humana. Por outro lado, há a liberdade de imprensa, sem qualquer tipo de restrição. Não obstante a importância conferida a liberdade de imprensa, não se pode considerar que a mesma prevalece sobre os outros direitos fundamentais, visto que não existe hierarquia entre eles. Portanto, tratam-se de direitos constitucionalmente garantidos que colidem entre si. Objetivando impulsionar a apreciação e desenvolvimento do tema em discussão, o método utilizado foi o dedutivo e o procedimento técnico aplicado foi de pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, valendo-se do princípio da proporcionalidade, verificou-se que a solução desta dicotomia dependerá da análise do caso concreto.

**Palavras-chave:** Direitos da Personalidade. *Post Mortem*. Liberdade de Imprensa. Colisão de Princípios.

## ABSTRACT

Although the 6° article of the Civil Code states that the natural person's personality ends with death, leaving the *de cujus*, therefore, to be subject of rights and duties, it can not vilify the idea of legal protection of rights *post mortem* as honor, image, intimacy, privacy and inviolability of his remains, guaranteed by the principle of human dignity. In this way, should not exist any kind of threat or injury to their rights. Once, the right to freedom of the press, without censorship or fear, also appears as a constitutional principle, which is an effective tool to disseminate facts and news, making effective the current democratic state. It is known that the personality rights are in a way applicable to the *de cujus*, based on the principle of human dignity. On the other hand, there is the freedom of the press, without any restriction. Despite the importance given to freedom of the press, it can't be considered that it takes precedence over the other fundamental rights, since there isn't hierarchy between them. The both are constitutionally guaranteed rights that collide with each other. Aiming to boost the appreciation and development of the theme under discussion, the method used was deductive and the technical procedure applied was literature. In this sense, drawing on the principle of proportionality, it was found that the solution of this dichotomy will depend on the individual case analysis.

**Keywords:** Personality Rights. Post Mortem. Freedom of press. Principles of collision.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1 PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DIREITOS DA PERSONALIDADE.....</b>	<b>12</b>
1.1 DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DO <i>DE CUJUS</i> .....	16
1.2 DO DIREITO À HONRA <i>POST MORTEM</i> .....	21
1.3 DO DIREITO À IMAGEM <i>POST MORTEM</i> .....	25
1.4 DO DIREITO À INTIMIDADE <i>POST MORTEM</i> .....	29
1.5 DO DIREITO À PRIVACIDADE <i>POST MORTEM</i> .....	32
1.6 DO DIREITO À INVOLABILIDADE DO CORPO DO <i>DE CUJUS</i> .....	34
<b>2 LIBERDADE DE IMPRENSA.....</b>	<b>37</b>
2.1 DA LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO DE PENSAMENTO .....	40
2.2 DO ACESSO À INFORMAÇÃO LIBERDADE DE DIFUSÃO DE FATOS E NOTÍCIAS .....	42
2.3 DO DANO MORAL E MATERIAL.....	43
<b>3 DIREITOS DA PERSONALIDADE DO MORTO <i>VERSUS</i> LIBERDADE DE IMPRENSA .....</b>	<b>48</b>
3.1 DESDOBRAMENTOS FÁTICOS E JURÍDICOS .....	55
3.2 POSICIONAMENTOS JURISPRUDENCIAIS .....	58
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>63</b>

**REFERÊNCIAS.....65**

**OBRAS CONSULTADAS .....70**

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por escopo analisar a colisão entre princípios constitucionalmente garantidos, quais sejam: a liberdade de imprensa e direitos da personalidade do *de cujus*, a fim de verificar, sob o prisma do princípio da proporcionalidade, qual deve prevalecer no caso concreto.

A colisão entre os direitos fundamentais supracitados ocorre de modo frequente no meio social, dado que, em certas ocasiões, ao realizar publicações, a imprensa desvia-se do foco informativo, acabando por infringir direitos individuais.

Após longos e difíceis tempos de ditadura militar no Brasil a imprensa passou a receber maior valoração e reconhecimento. As empresas jornalísticas possuem importante papel no tocante a formação da opinião pública, exercendo-o mediante a veiculação de fatos e notícias. Para tanto, é outorgado aos meios de comunicação o poder de livre expressão e de difusão de informações, desde que na forma da lei, em prol do interesse coletivo.

Não obstante, visando proteger os direitos da personalidade, o ordenamento jurídico brasileiro impõe limitações ao exercício da atividade jornalística. Por analogia, esses direitos da personalidade são extensíveis ao *de cujus*, isto é, direitos como: a honra, imagem, privacidade, intimidade e inviolabilidade do corpo do morto, também são objetos de tutela jurídico-constitucional.

A motivação para esta pesquisa incide nas constantes violações dos direitos da personalidade, decorrentes do exercício da mídia que divulga direta e indiretamente a personalidade dos que já se foram.

Portanto, o fato da Constituição Federal de 1988 garantir e ponderar os referidos direitos fundamentais é uma matéria a ser estudada com cautela. Por este motivo, para o melhor desenvolvimento do tema, o trabalho será dividido em três capítulos.

De forma sucinta, o primeiro capítulo trará noções básicas acerca do princípio da dignidade da pessoa humana, com algumas definições jurídicas e pontos relevantes. Em seguida, dar-se-á definições e classificações a respeito do tema direitos da personalidade, em especial, no que se refere ao *de cuius*. Ainda neste capítulo se abordado criticamente cada direito da personalidade do morto.

O segundo capítulo tratará sobre o direito à liberdade de imprensa, caracterizado pelo direito de livre manifestação do pensamento e o dever de informar a sociedade, bem como, sobre o dever de indenizar, decorrente do abuso de tal direito.

No terceiro e último capítulo reside o foco da pesquisa, que é a colisão entre liberdade de imprensa e direitos da personalidade *post mortem*. Para tanto, se proporcionará a discussão doutrinária sobre o problema e as formas de solucioná-lo.

O desenlace deste trabalho vincula-se a realização de estudo teórico e a análise prática de casos concretos. Para isso, o método de abordagem escolhido foi o dedutivo, objetivando impulsionar a apreciação e desenvolvimento do tema em discussão.

Quanto à técnica de pesquisa, será a exploratória, por ter intento de acrescentar informações sobre assunto em análise, proporcionando a delimitação do tema pesquisado. Com relação a forma de abordagem do tema, far-se-á utilização da pesquisa qualitativa, vez que esta discute a realidade de uma forma categórica, de acordo com a realidade.

## 1 PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DIREITOS DA PERSONALIDADE

Conceituar a expressão “dignidade da pessoa humana” é uma tarefa árdua, visto que engloba as mais diversas vertentes e concepções. A dignidade da pessoa humana nasceu junto a sociedade, por mais que o homem primitivo ainda não soubesse defini-la.

A dignidade é um aspecto criado pelo homem, desde os tempos mais remotos, ocasião em que ele necessitou conviver em sociedade. A partir de então, diante dos litígios e incompatibilidades desta convivência, impreterivelmente surgiu o dever do indivíduo respeitar os demais de sua espécie.

Após algum tempo, superada a ideia de autotutela – na qual se resolviam os conflitos através da força –, sobrevieram as normas básicas de convivência, em que por muitas vezes o homem teria de abdicar de sua liberdade individual em prol do bem-estar coletivo. Assim, objetivava-se a busca por um Estado que protegesse a dignidade de seus indivíduos.

Acerca do assunto, Plácido e Silva (1967, p. 526) discorre:

Dignidade é a palavra derivada do latim *dignitas* (virtude, honra, consideração), em regra se entende a qualidade moral, que, possuída por uma pessoa serve de base ao próprio respeito em que é tida: compreende-se também como o próprio procedimento da pessoa pelo qual se faz merecedor do conceito público; em sentido jurídico, também se estende como a dignidade a distinção ou a honraria conferida a uma pessoa, consistente em cargo ou título de alta graduação; no Direito Canônico, indica-se o benefício ou prerrogativa de um cargo eclesiástico.

Observa-se, primordialmente, que a dignidade é o atributo moral pelo qual o indivíduo, através de suas atitudes, faz-se merecedor de conceito público e respeito por partes dos demais. Kant (2004, p. 65), em sua obra *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* enfatiza a importância de tal princípio:

No reino dos fins, tudo tem ou um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem preço, pode ser substituída por algo equivalente; por outro lado, a coisa que se acha acima de todo preço, e por isso não admite qualquer equivalência, compreende uma dignidade.

No que concerne ao conceito de “pessoa humana”, este encontra-se vinculado ao sujeito de direitos que é o homem, abarcando critérios jurídicos,

filosóficos e biopsíquicos deste ser *sui generis*, principal objeto de tutela do ordenamento jurídico.

Como afirma Cretella Júnior (2003, p. 60): “O estudo do direito deve começar pelas pessoas, porque não é possível conhecê-lo sem conhecer estas últimas”.

Deste modo, a dignidade da pessoa humana – característica peculiar do ser racional – é princípio basilar do Estado democrático de Direito, compreendendo um valor moral e espiritual presente na sociedade, pelo qual os indivíduos, possuidores de direitos e deveres, cumprem com seu papel social, viabilizando o convívio harmônico e saudável em sociedade.

Nesse sentido, Sarlet (2007, p. 62) conceitua a dignidade da pessoa humana:

[...] temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que asseguram a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos.

Por sua vez, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com *status* de cláusula pétrea, contempla em seu artigo 1º, inciso III: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de Direito e tem como fundamentos: (...) III – a dignidade da pessoa humana”.

Observa-se que a dignidade da pessoa humana se encontra elencada como um dos fundamentos do Estado democrático de Direito, por conseguinte, sustentação, suporte, pilar, princípio norteador de todos os demais.

A dignidade da pessoa humana engloba direitos fundamentais do indivíduo, coletivos ou individuais, nos quais estão inclusos os direitos da personalidade. Estes caracterizam-se pela natureza privada, de cunho subjetivo, tendo por escopo valorizar a individualidade de cada ser humano, ressaltando sua integridade física, moral e psicológica. São direitos indispensáveis, isto é, sem estes não é possível viver dignamente.

A rigor, versa Gomes (1974, p. 168):

Sob a denominação de direitos da personalidade, compreendem-se direitos considerados essenciais ao desenvolvimento da pessoa humana, que a doutrina moderna preconiza e disciplina, no corpo do Código Civil, como direitos absolutos. Destinam a resguardar a eminente dignidade da pessoa humana.

Os direitos da personalidade encontram-se interligados com os direitos humanos em geral, considerando que ambos tutelam os direitos inerentes ao ser humano. Os direitos humanos possuem eficácia mais restrita, por proteger os indivíduos apenas dos abusos do Estado, não obstante os direitos da personalidade defendam os dos próprios indivíduos.

Sobre o tema, Matia (1979, p. 150) afirma:

Os direitos humanos são, em princípio, os mesmos da personalidade; mas deve-se entender que quando se fala dos direitos humanos, referimo-nos aos direitos essenciais do indivíduo em relação ao direito público, quando desejamos protegê-los contra as arbitrariedades do Estado. Quando examinamos os direitos da personalidade, sem dúvida nos encontramos diante dos mesmos direitos, porém sob o ângulo do direito privado, ou seja, relações entre particulares, devendo-se, pois, defendê-los frente aos atentados perpetrados por outras pessoas.

Os direitos da personalidade ganharam maior destaque após a Segunda Guerra Mundial, tendo em vista a latente ofensa à dignidade da pessoa humana, causada pelo totalitarismo por parte dos representantes dos países. Assim, os direitos da personalidade foram consagrados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, na Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas) de 1948, na Convenção Europeia de 1950 e no Pacto Internacional das Nações Unidas de 1966, entre outros.

É evidente que, a realidade de um mundo moderno e tecnológico, tornou o homem mais vulnerável, compelindo-o a reivindicar por seus direitos personalíssimos, sob a ótica de uma maior proteção estatal, com uma concepção humanista e ética, qual seja, os direitos da personalidade.

Acerca do tema direitos da personalidade, Gomes (1974, p. 168) ensina:

Sob a denominação de direitos da personalidade, compreendem-se direitos considerados essenciais ao desenvolvimento da pessoa humana, que a doutrina moderna preconiza e disciplina, no corpo do Código Civil, como direitos absolutos. Destinam a resguardar a eminente dignidade da pessoa humana.

Lopes (1989, p. 205) conceitua os direitos da personalidade como sendo atributos inatos ao indivíduo. Verdadeiras projeções biopsíquicas integrativas da

pessoa humana que se constituem em bens jurídicos assegurados e disciplinados pela ordem jurídica imperante.

Vale destacar que os direitos da personalidade são considerados absolutos, por darem ao seu titular o direito de respeito destes por todos os demais indivíduos. Sendo assim, os direitos da personalidade possuem eficácia *erga omnes*, isto é, contra todos.

Nesse sentido, Fiuza (2006, p. 173), ensina: “o titular do direito poderá exigir de toda a comunidade que o respeite”. Calha dizer que os direitos da personalidade não são oponíveis apenas contra as pessoas, mas também contra o Estado, que tem o dever jurídico de protegê-los.

Via de regra, os direitos da personalidade são classificados como inatos, ou seja, inerentes à pessoa humana, mas há casos em que é possível adquiri-los. É o que ocorre nos casos de direitos autorais, posto que estes apenas passam a existir após a produção da obra pelo indivíduo.

Além disso, os direitos da personalidade são classificados como irrenunciáveis, pois não cabe ao indivíduo fazer a escolha de possuí-los e indisponíveis por não serem suscetíveis de cessão ou sucessão.

Fiuza (2006, p. 173) esclarece que alguns direitos são disponíveis, tais como “os autorais, os direitos à imagem, ao corpo, aos órgãos, etc., por meio de contratos de concessão, de licença ou de doação”. Verifica-se, portanto, que nestes casos trata-se de indisponibilidade relativa. A exemplo disso, pode-se citar os *realities shows*, nos quais os participantes assinam contratos abdicando de sua imagem, privacidade, intimidade, etc.

Ademais, são direitos extrapatrimoniais, tendo em vista a impossibilidade de ser agregado valor econômico a estes. Para Farias (2005, p. 106-107):

É certo e incontroverso que a honra, a privacidade e demais bens jurídicos da personalíssimos de uma pessoa não comportam avaliação pecuniária. Não são susceptíveis de aferição monetária. Entretanto, uma vez violados tais bens jurídicos, independentemente de causar prejuízo material, surge a necessidade de reparação do dano moral caracterizado, como forma de diminuir o prejuízo da vítima e sancionar o lesante, inclusive com o caráter educativo (preventivo) de impedir novos atentados.

É importante dizer que os direitos da personalidade não se encontram em um rol taxativo. Inicialmente, acreditava-se que os direitos da personalidade eram aqueles tipificados em lei, nada além disso. Entretanto, percebe-se que a



taxatividade dos direitos da personalidade é prejudicial aos indivíduos, por estampar os direitos de forma pontual e limitada, não permitindo surgir maiores interpretações que lhes favoreçam.

Descrivê-los integralmente é uma tarefa complexa, sendo quase impossível prever todas as situações em que a individualidade do homem possa ser ferida. Nesse sentido, versa Garcia (2007, p. 181): "Tão maior será a quantidade de lacunas quanto mais estrita e rigorosa for a tipificação normativa do direito da personalidade".

Seguindo a mesma ideia, assevera Doneda (2004, p. 42):

A tipificação dos direitos da personalidade pareceu uma solução teórica bastante viável para muitos autores. Por ela, eram identificados alguns direitos da personalidade presentes no ordenamento, como o direito ao nome ou a inviolabilidade de correspondência, por exemplo, e utilizava-se a técnica de tutela dos direitos subjetivos.

Portanto, extrai-se que a personalidade deve ser tutelada não apenas com base em um rol previamente estabelecido, mas estendendo-se as situações juridicamente relevantes não previstas em lei, de modo que valorize o indivíduo de um modo mais flexível, desde que não viole os direitos dos demais.

## 1.1 DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DO *DE CUJUS*

Os direitos da personalidade surgiram em face da necessidade de proteção do patrimônio moral da pessoa – como a honra, imagem, inviolabilidade, privacidade, intimidade – frente à sociedade, que comumente não o respeita, traçando barreiras entre o coletivo e o individual.

O artigo 2º do Código Civil Brasileiro de 2002 expõe que a personalidade da pessoa natural se inicia a partir do nascimento com vida, determinando a sua capacidade jurídica. Assim, conclui-se que ao nascer o indivíduo imediatamente torna-se sujeito de direitos.

No que atine ao término da capacidade jurídica, versa o artigo 6º do Código Civil, que a existência da pessoa natural termina com a morte, deixando o *de cujus*, por conseguinte, de ser sujeito de direitos e deveres.

Observa-se que o referido diploma legal, nos artigos supracitados, distancia-se da realidade fática, doutrinária e jurisprudencial, não reconhecendo a existência

dos direitos da personalidade quanto ao nascituro e ao *de cuius*, sujeitos que, logicamente, não possuem deveres, mas abarcam um patrimônio moral a zelar, decorrente dos vestígios de sua existência.

No que se refere ao *de cuius*, esta palavra de origem latina, faz menção ao cadáver, que para Bittar (2003, p. 91), pode ser definido como “o corpo sem vida”. Apesar da simples conceituação, há divergências quanto à natureza jurídica do cadáver, no que tange a este ser ainda titular de direitos ou coisa.

Cifuentes (1995, p. 403) afirma que: “o homem quando morre se transforma em um ser opaco, insensível e sem movimento e vida. Sendo que, com a morte o cadáver deixa de ser considerado pessoa, perdendo assim, todos os atributos inerentes a esta”. Diante do que foi relatado, dir-se-ia que, com o advento da morte, os direitos na personalidade não mais existiriam, ante a consideração de que o cadáver não é mais pessoa natural.

No entanto, percebe-se que os direitos da personalidade deveras não se extinguem com a morte. Tanto é verdade que o ordenamento jurídico estabelece normas em favor da personalidade do *de cuius*, como a Lei nº 8.501/92, que dispõe sobre a utilização de cadáveres não reclamados para fins de estudos e pesquisas; a Lei nº 9.434/1997, que regula sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano de cadáveres, para fins de transplante e tratamento; os crimes contra o respeito aos mortos, tipificados nos artigos 209, 210, 211 e 212 do Código Penal; o crime de calúnia contra os mortos, previsto no artigo 138, § 2º, também do Código Penal, entre outros. Logo, todas essas normas possuem uma característica em comum, que é a tutela jurídica dos direitos da personalidade do falecido.

Gonçalves (2005, p. 115) ressalta a possibilidade de reabilitação da memória do morto, tendo em vista que não é completo o aniquilamento do *de cuius* pela morte. Sua vontade sobrevive por meio do testamento devendo ser dado ao cadáver o devido respeito sob pena de sofrer sanções penais. Militares e servidores públicos podem ser promovidos *post mortem* e aquinhoados com medalhas e condecorações.

Anteriormente se entendia que ao *de cuius* não caberia o reconhecimento dos direitos da personalidade, por este possuir natureza jurídica de coisa nula. Ocorre que, após algum tempo, a ideia foi superada, constatando-se que a lesão realizada, de qualquer modo, ao cadáver, atingia diretamente seus direitos

personalíssimos e a seus herdeiros e familiares indiretamente, o chamado dano em ricochete ou reflexo, causando-lhes dor e sofrimento.

Nesse contexto, reconhece o artigo 12 do Código Civil:

Art. 12. Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

Parágrafo único. Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer a medida prevista neste artigo o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau (BRASIL, 2002, s. p.).

Seguindo a mesma linha, versa o artigo 20 do referido diploma legal:

Art. 20. Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais.

Parágrafo único. Em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer essa proteção o cônjuge, os ascendentes ou os descendentes (BRASIL, 2002, s. p.).

O Código Civil transmite a ideia de que a demanda processual deve ser ajuizada em nome próprio, ou seja, de um dos legitimados ativos, e não em nome do morto. Sendo assim, valendo-se de uma interpretação dogmática, a morte extinguiria os direitos da personalidade do *de cujus* e criaria um novo direito aos familiares. Destarte, não se poderia dizer que o morto possui direitos da personalidade, mas que estes pertenceriam a seus legitimados.

Sobre este aspecto, Cupis (2004, p. 153-154), ao discorrer sobre direito à imagem, explica:

Com a morte da pessoa, o direito à imagem atinge o seu fim. Determinadas pessoas que se encontram em relação de parentesco com o extinto têm direito de consentir ou não na reprodução, exposição ou venda do seu retrato e, não consentindo, podem intentar as ações pertinentes. [...] isto, naturalmente, não significa que o direito à imagem se lhe transmita, mas simplesmente que aqueles parentes são colocados em condições de defender o sentimento de piedade que tenham pelo defunto. Trata-se, em suma, de um direito novo, conferido a certos parentes depois da morte da pessoa.

É de suma importância repensar o Direito Civil hermeneuticamente, aproximando-o ao máximo possível da realidade fática. Não é plausível concordar com a ideia acima explanada. A tese que defende o surgimento de um novo direito

encontra-se frágil e despida de conteúdo, sendo criada tão somente para satisfazer a fundamentação da tutela judiciária.

Silva (2000, p. 21), em sua obra *Tratado de Direito Funerário*:

Os mortos continuam a agir para além da morte. Os cadáveres se dissolvem, mas as obras que eles criaram, as instituições que animaram, as ideias que lançaram ao mundo, os afetos que suscitaram continuam a agir e a fermentar. Quando um corpo volta ao nada, a consciência segue um destino social entre os vivos.

Entende-se que os direitos da personalidade permanecem mesmo após a morte, oportunidade em que, havendo ofensa a tais direitos, conceder-se-á aos legitimados lugar para utilizarem-se das medidas necessárias a proteção dos direitos inerentes ao *de cujus*. O fato dos familiares ajuizarem a demanda processual em defesa do morto, apenas significa que são representantes da pessoa que não tem possibilidade de fazê-la.

Diniz (2010, p. 130), em uma das passagens de sua obra *Curso de Direito Civil Brasileiro*, aduz: “Fácil é perceber que se protege não só a integridade física, ou melhor, os direitos sobre o próprio corpo vivo ou morto”. Portanto, denota-se que ao versar a respeito sobre o direito à integridade física, a autora admite que os direitos da personalidade, de fato, pertencem ao morto.

Gomes (2000, p. 95), de modo excepcional, esclarece:

[...] não significa que o Direito rege apenas relações sociais, nem que outras sujeições, como a de coisa ao homem, possam ter igual qualificação no vocabulário jurídico. Não há coincidência necessária entre relação humana e relação jurídica.

Assim, além da relação jurídica, haveria situações anômalas, seriam as situações subjetivas, nas quais se encaixam perfeitamente o presente estudo. O fato de se reconhecer a legitimidade ativa da família para integrar o polo processual, não quer dizer que o direito lhe pertença. Contudo, implica a possibilidade de direitos violados. Se existe a possibilidade de se discutir direitos, pressupõe-se a existência de um titular, no caso, o morto, ante a intransmissibilidade dos direitos da personalidade.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Perlingieri (1999, p. 115) elucida: “O sujeito é somente um elemento externo à relação porque externo à situação; é somente o titular, às vezes ocasional, de uma ou de ambas as situações que compõem a relação jurídica”.

Infere-se que existindo ameaça ou ofensa a sua personalidade, o morto possui o direito de proteção, decorrente da situação jurídica, que é o compromisso de prestação de tutela por parte do Estado. Sendo assim, ao ajuizar a demanda processual, a família integrará a relação jurídica, executando-o.

Acerca do assunto, assevera Cupis (2004, p. 98):

[...] o corpo humano, depois da morte, torna-se uma coisa submetida à disciplina jurídica, coisa, no entanto, que não podendo ser objeto de direitos privados patrimoniais, deve classificar-se entre as coisas *extra commercium* (fora do comércio). Não sendo a pessoa, enquanto viva, objeto de direitos patrimoniais, não pode sê-lo também o cadáver, o qual, apesar da mudança de substância e de função, conserva o cunho e o resíduo de pessoa viva.

Não obstante seja válido o posicionamento do doutrinador, a coisificação do cadáver é inviável, pois ele não está relacionado com bens patrimoniais *extra commercium*, mas trata-se de direito pessoal, a ser atendido por seus legitimados. Nesse tocante, esclarece Silva (2000, p. 626):

[...] o cadáver não se trata de coisa, nem em comércio e nem fora do comércio. Não sendo coisa, em comércio ou fora do comércio, o cadáver não é propriedade dos herdeiros do falecido, os quais só podem e devem nele exercer um direito dever de custódia, piedade e proteção; é um direito familiar, puramente pessoal, e não patrimonial, e que, por isso, não está sujeito às regras da sucessão.

É assente no ordenamento jurídico brasileiro que a limitação dos direitos da personalidade da pessoa é delineada, mormente, pelo Código Civil de 2002. Registre-se, porém, que mesmo sobrevivendo a morte, a pessoa não deixa de ser amparada, notadamente, porque vigora, como um dos fundamentos constitucionais, a dignidade da pessoa humana. Daí que o de cujus continua a ser sujeito de direitos, de ordem subjetiva, isto é, participando dos fenômenos jurídicos.

Barreto (2005, p. 134), explica:

Modernamente, apazigou-se a disputa, constituindo consenso a opinião de que o corpo, considerado em sua dimensão plena de integridade vital (direito a vida), física e fisiológica, psíquica e intelectual, é um bem jurídico essencial sobre o qual reconhece a ordem legal um direito subjetivo pessoal inconfundível com os direitos subjetivos de expressão patrimonial, razão pela qual fundamentos éticos e a tradição consuetudinária lhe sonegam circulabilidade negocial, não se opondo, todavia, o sentimento da sociedade à disposição gratuita do corpo vivo ou morto.

Em virtude do dever estatal de proteger o direito das pessoas, não se pode ignorar a ideia de tutela jurídica de direitos *post mortem*, como a honra, imagem, intimidade, privacidade e inviolabilidade de seus restos mortais, valendo-se do princípio da dignidade da pessoa humana. Portanto, quem infringe os direitos da personalidade do morto deve arcar com as consequências decorrentes de sua conduta. Verifica-se, portanto, a importância dos direitos da personalidade se estenderem além da vida.

## 1.2 DO DIREITO À HONRA *POST MORTEM*

Antes de estudar o tema honra *post mortem*, é importante trazer à baila a conceituação jurídica da palavra “honra”.

Para Chaves (1977, p. 42), “A honra é o sentimento da própria dignidade, e, por via reflexa crédito decorrente da probidade, correção, proceder reto: é o apanágio da pessoa que sabe manter a própria respeitabilidade, correspondendo, assim, à estima em que é tido quem vive de acordo com os ditames da moral”.

Por sua vez, Cupis (1982, p. 62) diz que: “[...] honra pode ser tida como o íntimo valor do homem, que não pode ser ofendido, sua estima perante terceiros, ou seja, sua consideração social”.

Sobre o tema, afirma Bittar (1995, p. 125/126), versa: “No direito à honra, o bem jurídico protegido é a reputação, ou a consideração social a cada pessoa devida, a fim de permitir-se a paz na coletividade e a própria preservação da dignidade da pessoa humana”.

Segundo reza o artigo 11 da Convenção Interamericana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), tratado internacional ao qual o Brasil aderiu no ano de 1992, toda pessoa tem direito ao respeito da sua honra e ao reconhecimento de sua dignidade. Da mesma maneira, ninguém pode ser objeto de ingerências arbitrárias ou abusivas em sua vida privada, em sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência, nem de ofensas ilegais à sua honra ou reputação. Assevera, ainda, que toda pessoa tem direito à proteção da lei contra referidas ingerências ou ofensas.

Em suma, expõe-se que sujeito honrado é aquele que goza de bom conceito junto à sociedade, ou seja, possui conduta proba, virtuosa, respeitável. Com efeito, a honra se encontra estritamente ligada aos demais direitos da personalidade.

Em que pese o conceito de honra possuir características comuns para os diversos grupos sociais e até mesmo atemporais em alguns de seus aspectos, o que se observa é uma certa variação em seus graus de valoração pelo próprio indivíduo, que, ao nascer, recebe os valores já existentes, mas que, notadamente, recebe outros no decorrer de toda a vida.

Assim, ante as mudanças sociais, temporais e pessoais, a honra torna-se um direito alterável e, por esta razão, não se pode afirmar que haja um padrão universal de honra. Apesar da subjetividade das interpretações a serem realizada pelos indivíduos, no que diz respeito, a tutela jurídica da honra é imprescindível.

Inclusive, é cediço na jurisprudência conceber o dano moral livremente do conceito de honra imposto pela moral social. Neste sentido, entende o Superior Tribunal de Justiça:

A amplitude de que se utilizou o legislador no art. 5º, inc. X da CF/88 deixou claro que a expressão 'moral', que qualifica o substantivo dano, não se restringe àquilo que é digno ou virtuoso de acordo com as regras da consciência social. É possível a concretização do dano moral, posto que a honra subjetiva tem termômetro próprio inerente a cada indivíduo. É o decoro, é o sentimento de autoestima, de avaliação própria que possuem valoração individual, não se podendo negar esta dor de acordo com sentimentos alheios. A alma de cada um tem suas fragilidades próprias. Por isso, a sábia doutrina concebeu uma divisão no conceito de honorabilidade: honra objetiva, a opinião social, moral, profissional, religiosa que os outros têm sobre aquele indivíduo, e, honra subjetiva, a opinião que o indivíduo tem de si próprio. Uma vez vulnerado, por ato ilícito alheio, o limite valoração que exigimos de nós mesmos, surge o dever de compensar o sofrimento psíquico que o fato nos causar. É a norma jurídica incidindo sobre o acontecimento íntimo que se concretiza no mais recôndito da alma humana, mas o que o direito moderno sente orgulho de abarcar, pois somente uma compreensão madura pode ter direito reparável, com tamanha abstratividade (BRASIL, 2000, s. p.).

Sendo assim, o direito a honra refere-se à integridade moral do indivíduo, isto é, sua salubridade psíquica, necessária a preservação da dignidade da pessoa humana. Logo, salvaguardar da honra é fundamental, por esta ser atributo íntimo de cada ser humano.

Noutro giro, há distinções entre a honra sob o prisma do próprio indivíduo e a honra atribuída a ele por seus semelhantes. Pode-se classificar a honra em: subjetiva ou objetiva. A honra objetiva diz respeito a reputação do indivíduo perante

a sociedade, seja esta assumida por ele, atribuída ou adquirida pela sociedade. Já a honra subjetiva é de foro íntimo, trata-se de como o indivíduo se enxerga perante a sociedade, é a consciência da própria dignidade.

Realizadas as considerações acima mencionadas, é possível verificar que o *de cujus* também é detentor da honra, no entanto, trata-se de honra objetiva. Apesar da morte pôr fim a existência da pessoa física, ainda permanece o que se chama de memória do morto, ou seja, legado moral decorrente deixado pela personalidade que um dia existiu.

Sobre o tema, afirma Nalini (2011, p. 240): “Não é demais proclamar a universalidade da crença da imortalidade”. A memória do *de cujus* é a sua subsistência além da vida, nas lembranças das outras pessoas, por isso, não pode ser tratada com insignificância. A agressão ao direito do morto, com efeito, desencadeia sofrimento, dor, mágoa, tristeza etc., a seus entes queridos.

De fato, a honra *post mortem* encontra-se abarcada na honra genérica, com algumas peculiaridades. Não obstante o direito à honra tenha caráter personalíssimo, próprio dos direitos da personalidade, quando se trata de pessoa morta, este possui um rol de legitimados, previsto em lei, para defendê-lo, como foi explanado acima. De modo algum trata-se de transmissão *causa mortis*, mas representatividade processual ativa, ante a óbvia impossibilidade do titular em fazê-la.

Pode-se trazer como exemplo, o processo ajuizado pelas filhas do jogador de futebol Garrincha em face da Editora Schwartz Ltda, em razão da publicação do livro *Estrela Solitária – um brasileiro chamado Garrincha*. A biografia não autorizada, notavelmente violava os direitos da personalidade do jogador falecido, em especial, sua honra, como resta demonstrado na ementa a seguir:

CIVIL. DANOS MORAIS E MATERIAIS. DIREITO À IMAGEM E À HONRA DE PAI FALECIDO. Os direitos da personalidade, de que o direito à imagem é um deles, guardam como principal característica a sua intransmissibilidade. **Nem por isso, contudo, deixa de merecer proteção a imagem e a honra de quem falece, como se fossem coisas de ninguém, porque elas permanecem perenemente lembradas nas memórias, como bens imortais que se prolongam para muito além da vida**, estando até acima desta, como sentenciou Ariosto. Daí porque não se pode subtrair dos filhos o direito de defender a imagem e a honra de seu falecido pai, pois eles, em linha de normalidade, são os que mais se desvanecem com a exaltação feita à sua memória, como são os que mais se abatem e se deprimem por qualquer agressão que lhe possa trazer mácula. **Ademais, a imagem de pessoa famosa projeta efeitos econômicos para além de sua morte, pelo que os seus sucessores**



**passam a ter, por direito próprio, legitimidade para postularem indenização em juízo, seja por dano moral, seja por dano material.** Primeiro recurso especial das autoras parcialmente conhecido e, nessa parte, parcialmente provido. Segundo recurso especial das autoras não conhecido. Recurso da ré conhecido pelo dissídio, mas improvido (BRASIL, 2006, s. p., grifo nosso).

Registre-se que em episódios envolvendo direitos *post mortem* de pessoas consagradas pela mídia, como é o caso, os danos ocorrem em maior escala, uma vez que, além ferir os sentimentos dos familiares, a conduta ilícita desencadeia ganhos econômicos indevidos ao transgressor, sendo cabível tanto a cobrança de danos morais, como materiais, a depender dos valores obtidos, devendo ser analisados de acordo as particularidades do caso.

Ainda no processo em análise, no teor da decisão que deferiu o pedido de busca e apreensão dos exemplares do livro, o Desembargador Sérgio Cavalieri Filho (2006, s. p.), escreveu:

Este relator, por dever de ofício, já que não é entusiasta do futebol, nem torce para qualquer time, leu o Livro no último fim de semana para que pudesse proferir este voto. Lamentavelmente, constatei que a obra não faz justiça a um grande jogador de futebol que por duas vezes levou o Brasil a ser campeão do Mundo.

Não se limitou o autor a relatar o futebol do Garrincha, a habilidade que o tornou um mito mundial, suas proezas nos gramados e vitórias nos campeonatos; infelizmente foi muito além, invadindo a intimidade do cidadão Manoel do Santos e apegando a sua imagem. Se um quadro vale por mil palavras, como diz o ditado chinês, a capa do livro em exame é um longo discurso contra a imagem do Garrincha. Em lugar do atleta chutando a bola em gol ou dando os seus dribles que levavam as galeras ao delírio, mostra um homem deprimido e desolado, quase a figura de um farrapo humano. Pior que tudo, a imagem da capa é retratada em páginas de dolorosa impiedade, que aos poucos vai despiando o mito, transformando-o em profissional derrotado, pai irresponsável, marido infiel e ébrio inveterado. Ao final do Livro, Garrincha não passa de um grande logro, autêntico exemplo de fracasso humano.

Se tal não bastasse, atenta ainda o Livro agressivamente contra a intimidade do Garrincha, trazendo a público relato de fatos da sua mais restrita privacidade, desde a sua meninice até a sua morte. Seus dotes sexuais, seus vícios ocultos, seus casos amorosos, seus fracassos na cama, tudo é investigado com microscópio e depois ampliado e divulgado sem retoques. Nem mesmo a intimidade de sua vida familiar foi poupada. Seria de mau gosto reproduzir aqui trechos de alguns capítulos do Livro; seria grosseiro e deprimente, mas se alguém quiser conferir verifique fls. 29/30, 32, 45, 74/75, 77, 90, 199, 217/218 etc.

Neste diapasão, o autor da biografia de Garrincha, acabou por extrapolar os limites de seu direito de expressar e manifestar o pensamento acerca da pessoa do *de cujus*, ferindo o princípio da dignidade da pessoa humana. Assenta-se que sequer o objetivo da obra era de caráter informacional, mas de ofender a memória

do morto, trazendo à tona assuntos polêmicos que, de fato, lhe renderiam lucros nas vendas.

A memória do morto não pode ser considerada “coisa de ninguém”. Os atentados contra esta são também graves ofensas aos sentimentos de seus familiares e amigos. Afinal, como assevera Silva (2000, p. 790): “a honra, inquestionavelmente, consiste no agrupamento de alguns desses valores (as virtudes do homem). Portanto, o simples desaparecimento do corpo físico, não a faz desaparecer”.

Assim sendo, o direito à honra é fundamental ao *de cujus*, pois, mesmo que este se encontre desprovido de vida, a sua memória se prolongará no tempo, sendo digna de total zelo pelos legitimados, que buscarão protegê-la de acordo com a compreensão mais próxima do que um dia foi a honra para o *de cujus*.

### 1.3 DO DIREITO À IMAGEM *POST MORTEM*

O direito à imagem, um dos mais notórios direitos da personalidade, encontra-se vinculado à figura de cada pessoa, abrangendo atributos físicos e modos de agir. Em suma, tratam-se das individualidades concretas ou abstratas do indivíduo.

Como os demais direitos da personalidade, o direito à imagem é irrenunciável, intransmissível e inalienável. Destarte, possui um diferencial: a disponibilidade. Atina-se que o titular do direito à imagem pode licenciar o uso desta a terceiros. Cabe destacar que licença é diferente de cessão. A licença está ligada a utilização, por outro lado, ceder significa transferir a titularidade.

Não obstante a disponibilidade da imagem, o Código Civil, em seu artigo 20 (2002, s. p.), expõe:

Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais.

Dito isto, compreende-se que até mesmo quando o titular se utiliza da faculdade de licenciar o uso de sua imagem, mas, posteriormente, sente-se

prejudicado, ele detém a prerrogativa de proibir a difusão desta, podendo inclusive buscar indenização pelos danos sofridos. Assim entende o Supremo Tribunal de Justiça:

Civil. Recurso Especial. Ação indenizatória. Violação do direito de imagem. Uso indevido. Prova do dano.- Aquele que usa a imagem de terceiro sem autorização, com intuito de auferir lucros e depreciar a vítima, está sujeito à reparação, bastando ao autor provar tão-somente o fato gerador da violação do direito à sua imagem.- O uso indevido autoriza, por si só, a reparação em danos materiais, desde que abrangido no pedido deduzido pelo autor.- Se ao uso indevido da imagem soma-se o intuito de depreciar a vítima, deve a reparação abranger não apenas os danos materiais, mas também os morais. Recurso especial provido (BRASIL, 2004, s. p.).

Diferentemente do direito à honra, não é necessária a comprovação de danos causados a parte para a concessão de indenização, bastando apenas que esta seja utilizada indevidamente e/ou sem autorização de seu titular. Nestes termos, corrobora a Súmula 403 do Superior Tribunal de Justiça: “Independente de prova ou prejuízo a indenização pela publicação não autorizada da imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais”.

Segundo Diniz (2005, p. 43), a imagem possui duas conotações: a imagem-retrato e a imagem-atributo. Tem-se por imagem-retrato a representação física por meio de fotografia, escultura, desenho, pintura, cinema, televisão, sites, etc. onde a representação poderá ser de todo ou de apenas partes do corpo, claro que no caso de partes, elas possam ser identificadas. Já a imagem-atributo, relaciona-se às características, qualidades, atributos inerentes à pessoa, que a torna conhecida no meio social como, por exemplo, habilidade para determinadas coisas, confiabilidade, pontualidade, etc.

Logo, ao titular do direito à imagem cabe a oponibilidade *erga omnes*, faculdade jurídica de proteger sua figura perante a sociedade. Dissociar o direito à imagem de seu verdadeiro portador é violar o princípio da dignidade da pessoa humana, até mesmo porque a violação à imagem pode causar lesões a direitos indisponíveis, como a honra, intimidade, privacidade e inviolabilidade.

Sob o aspecto da abrangência do direito à imagem do indivíduo *post mortem* tem-se que é plenamente possível sua aplicação, pois a proteção à memória do morto visa garantir ou preservar os valores inerentes a sua personalidade. A respeito do tema, versa Cavalieri Filho (2014, p. 141):

A imagem de um ancestral é muitas vezes para seus descendentes patrimônio moral mais valioso que os bens materiais por ele deixados. [...] seria cruel e até desumano exigir que os parentes próximos do falecido - descendentes, ascendentes e cônjuges - quedassem inertes diante das ofensas contra ele assacadas. Assim, mesmo depois da morte, a memória, a imagem, a honra das pessoas, continuam a merecer a tutela da lei. Essa proteção é feita em benefício dos parentes do morto, para se evitar os danos que podem sofrer em decorrência da injusta agressão moral a um membro da família já falecido.

Hodiernamente, com a rapidez na veiculação desencadeada pelas redes sociais e sites de notícias, tornou-se comum a conduta criminosa de divulgação de imagens fortes e brutais de pessoa cuja morte foi violenta. As fotografias desmoralizantes costumam retratar corpos ensanguentados em situações desagradáveis, pessoas em leito de morte ou até mesmo em velórios, ofendendo excessivamente os sentimentos dos familiares, ocasionando danos reflexos a estes, o que enseja a cobrança de indenizações que, de fato, não são aptas a suprir o sofrimento e a revolta.

A conduta em comento constitui tipo penal de vilipêndio a cadáver, previsto no artigo 212 do Código Penal Brasileiro, com pena máxima de 3 anos de detenção. O vilipêndio inclui o desrespeito, menosprezo, depreciação, ofensa ao cadáver.

Nestes casos, é manifesta a lesão a honra objetiva dos familiares e a moralidade social, apenas com o intuito de “viralizar” imagens/vídeos de cadáveres pela internet por motivos pessoais. Os transgressores geralmente agem desta maneira visando alcançar a popularidade na internet, por deterem “imagens inéditas”, absolutamente desprovidos de humanidade.

Quanto aos sites policiais e noticiários, vislumbra-se a desnecessidade em publicar imagens e vídeos de vítimas de homicídio, suicídio, acidentes, dentre outras tragédias, posto que não agrega valor informativo algum. Por exemplo, divulgar ocorrência de um acidente, é diferente de expô-lo com todas as suas circunstâncias, publicando fotos de corpos mutilados, com vísceras e massa encefálica expostas. Seria injustificável tamanha exposição, servindo apenas de instrumento violador dos direitos *post mortem*.

Conforme consta no site *Tudo Rondônia*, no ano de 2014, o Ministério Público de Rondônia, por intermédio dos promotores de justiça Elias Chaquian Filho e Nelson Liu Pitanga, em sede de recomendação, manifestou-se sobre o assunto:

[...] A recomendação foi expedida porque chegou ao conhecimento do Ministério Público em Ariquemes que sites de notícias estariam veiculando fotografias chocantes de cadáveres de vítimas de homicídio e acidentes, o que configura desrespeito à memória do morto e aos seus familiares, podendo caracterizar, ainda, crime de vilipêndio de cadáver, previsto no artigo 212 do Código Penal Brasileiro. “Precisamos encontrar esse ponto de equilíbrio para que não se tolha a liberdade de imprensa e nem se prejudique o direito à intimidade, à imagem, à dignidade humana e ao respeito dos mortos”, ponderam os Promotores de Justiça na recomendação.

Salienta-se que, além do impacto causado aos familiares da vítima, a exposição do corpo do morto também não é saudável para os visitantes dos sites. Bem como, há de se destacar que as características físicas do indivíduo devem ser respeitadas além da extinção de sua vida, tanto de maneira material, como imaterial.

No ano de 2015, no Brasil, houve um caso de grande repercussão, envolvendo o delito em comento. Eis que foram difundidas na mídia imagens e vídeos do cadáver do cantor sertanejo Cristiano Araújo, em seu leito de morte e durante o procedimento necropsia, causando revolta e clamor diante da ausência de bom senso e ética por parte dos transgressores.

Em sede de decisão, o magistrado da 3ª Vara da Família e Sucessões do Tribunal de Justiça de Goiás determinou a remoção do vídeo e das fotos do corpo de Cristiano Araújo, alegando que tais publicações teriam ofendido a intimidade do falecido:

O juiz da 3ª Vara de Família e Sucessões do Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO) determinou a retirada das fotos e dos vídeos do cantor Cristiano Araújo sendo preparado para o velório. As imagens, gravadas por funcionários da Clínica Oeste, foram disseminadas em redes sociais, desde quarta-feira (24/6). O juiz Willian Fabian considerou que "a publicação das imagens de necropsia e da preparação de cadáver, ocorrida concomitantemente ao velório e sepultamento do cantor Cristiano de Melo Araújo, além de revelarem inquietante morbidez, apresenta-se extremamente desrespeitosa ao sentimento de luto das famílias dos vitimados no trágico acidente que ceifou-lhes as vidas, ferindo frontalmente o direito constitucional da intimidade, insculpido no artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal Brasileira", consta da cautelar (GALVÃO, 2015, s. p.).

Atualmente tramitam no Congresso Nacional dois projetos de leis: o primeiro, proposto pelo deputado Cesar Halum do Partido Republicano Brasileiro (PRB), visando à criminalização do compartilhamento de fotos/vídeos/materiais contendo imagens aviltantes de cadáveres, considerando que atualmente só é punível a conduta de quem as reproduz; e o segundo, sugerido pelo senador Davi

Alcolumbre, do Partido Democratas (DEM), que tende a qualificar o crime de vilipêndio a cadáver, em casos de publicação de imagens/fotos/vídeos na rede.

A regulação e a punição dos agentes violadores do direito à imagem e da honra são necessárias para salvaguarda os direitos da personalidade, inclusive *post mortem*, porquanto, os sujeitos de direitos, nessas situações, são expostos a situações humilhantes e degradantes.

#### 1.4 DO DIREITO À INTIMIDADE *POST MORTEM*

Segundo o *Dicionário Latino-Português* (2009, p. 245), a palavra intimidade deriva do termo latino “*intimus*”, que faz menção “ao que está dentro, no interior”. No que lhe diz respeito, a intimidade está vinculada ao que há de mais pessoal no ser humano, envolvendo fenômenos emocionais e mentais, de imediato, inacessíveis às outras pessoas, como os pensamentos, os vícios, os hábitos e os desejos.

Na obra *A Transformação da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*, o sociólogo inglês, Anthony Giddens (2009, s. p.), discorre acerca do assunto: “a intimidade é acima de tudo uma questão de comunicação emocional, com os outros e consigo mesmo, em um contexto de igualdade interpessoal”.

Isto é, de forma lacônica, a intimidade pode dar-se no silêncio da mente ou ser confiada a alguém. Quando o indivíduo revela um segredo a terceiro, está compartilhando de sua intimidade, significa que se sente tão à vontade com este, quanto em companhia de si.

Nesta vertente, Moraes (2007, p. 159) assegura: “o conceito constitucional de intimidade relaciona-se com as relações subjetivas e de trato íntimo da pessoa humana, suas relações familiares e de amizade”.

Por assim dizer, a intimidade exclui a coletividade e o Estado, protegendo o indivíduo contra a intromissão de estranhos, prevalecendo a participação daqueles que são, na concepção do indivíduo, merecedores de sua confiabilidade. Em *latu sensu*, compreende-se que a intimidade dá ao indivíduo o direito de ser quem ele é, sem interferências sociais.

Na consagrada obra *Teoria dos Direitos Fundamentais*, ao tratar sobre o tema direito à intimidade, Alexy (2008, s. p.) o separa em três esferas, são elas: a esfera mais interna, caracterizando-se por ser o âmbito mais íntimo, a esfera íntima

intangível e conforme interpretação do Tribunal Constitucional alemão, o âmbito núcleo absolutamente protegido da organização da vida privada, compreendendo os assuntos mais secretos que não devem chegar ao conhecimento dos outros devido à sua natureza extremamente reservada; a esfera privada ampla, que abarca o âmbito privado na medida em que não pertença à esfera mais interna, incluindo assuntos que o indivíduo leva ao conhecimento de outra pessoa de sua confiança, ficando excluído o resto da comunidade; e a esfera social, que engloba tudo o que não for incluído na esfera privada ampla, ou seja todas as matérias relacionadas com as notícias que a pessoa deseja excluir do conhecimento de terceiros.

Depreende-se que a esfera da intimidade mais interna condiz a intimidade propriamente dita, aquela que pertence tão somente a seu titular. Já a esfera privada ampla, diz respeito à intimidade conquistada por quem o indivíduo nutre um sentimento de confiança. Por último, a esfera social abarca as informações relativas ao indivíduo frente à sociedade.

Embora o direito à intimidade seja autônomo, não se pode negar que a lesão perpetrada contra este costuma repercutir nas esferas dos demais direitos da personalidade, como a honra, a imagem, a privacidade etc.

Gagliano e Pamplona Filho (2011, p. 214), compreendem o direito à intimidade da seguinte forma:

O elemento fundamental do direito à intimidade, manifestação primordial do direito à vida privada, é a exigibilidade de respeito ao isolamento de cada ser humano, que não pretende que certos aspectos de sua vida cheguem ao conhecimento de terceiros. Em outras palavras é o direito de estar só. Há vários elementos que se encontram ínsitos à ideia de intimidade: o lar, a família e a correspondência são os mais comuns e visíveis. Com o avanço tecnológico, os atentados à intimidade e à vida privada, inclusive por meio da rede mundial de computadores (internet), tornaram-se muito comuns.

Neste contexto, entende-se que o ser humano possui a prerrogativa de manter sob segredo certos aspectos de sua vida, devendo ser respeitado por isso. Ocorre que, nos dias atuais, garantir a intimidade vem se tornando cada vez mais difícil, pois o mundo da internet consiste em um verdadeiro violador de direitos, sendo que praticamente não há imposição de limites nas divulgações.

Ao debater sobre direito à intimidade, na obra *Direito de Estar Só*, Costa Júnior (1995, p. 34) dispõe:

Na expressão 'direito à intimidade' são tutelados dois interesses, que se somam: o interesse de que a intimidade não venha a sofrer agressões e o de que não venha a ser divulgada. O direito, porém, é o mesmo. O que pode assumir uma gama diversa é o interesse protegido pelo direito. São duas esferas de interesses, abarcadas no mesmo raio de proteção do mesmo direito. No âmbito do direito à intimidade, portanto, podem ser vislumbrados estes dois aspectos: a invasão e a divulgação não autorizada da intimidade legitimamente conquistada. Em termos de conteúdo, todavia, não deve prevalecer a distinção.

Na seara da intimidade *post mortem*, chama-se atenção para o caso do acidente aéreo que ocasionou a morte do candidato à presidência da república, Eduardo Campos, em agosto de 2014. A divulgação das informações se deram em questão de minutos. De modo inescrupuloso, foram divulgadas imagens do corpo da vítima destroçada pela tragédia aérea, violando-se a intimidade peculiar ao momento, pertencente a vítima e a sua família.

Compreende-se que a intimidade *post mortem* ventila a vida confidencial do falecido, situações em que se deduz que ele não admitiria a participação de estranhos, muito menos divulgações na mídia.

Por exemplo, falece uma pessoa que possuía o costume de registrar momentos íntimos de sua vida em um diário, e, posteriormente, este é encontrado em seus pertences e divulgado na mídia. É presumível que, se o indivíduo ainda estivesse vivo, não permitiria a intromissão em seus relatos. Irrefutavelmente, infringir a confidencialidade para satisfazer a curiosidade alheia seria ferir dignidade *do de cujus*.

Partindo dessa premissa, Silva (2003, p. 147) assegura:

Merecem tutela, no âmbito do direito à intimidade, todos os fatos ou situações cujo desvelamento possa acarretar alguma consequência ruim para a pessoa. Somente um interesse mais alto, segundo a hierarquia de valores adotada pela ordem jurídica, pode excepcioná-lo.

Por sua vez, Jabur (2000, p. 261) sustenta que a intimidade é direito personalíssimo conferido a seu titular, é a possibilidade de viver de modo particular, próprio e inadmitir ou intromissão alheia, representada pela curiosidade que busque adentrar o universo restrito e pouco compartilhável do indivíduo, limitado ao convívio de familiares e pessoas próximas.

Observa-se que o reconhecimento do direito a intimidade em favor do *de cujus* deve-se a necessidade de reserva de fatos que tenham relação com a vida ou



morte. Sobre esta vertente, nenhuma questão – a não ser de ordem pública, como diligências necessárias a uma investigação criminal – justifica a invasão da intimidade do falecido. Assim, conclui-se que deve haver ponderação nas divulgações relativas ao morto, de modo que não adentrem sua intimidade.

### 1.5 DO DIREITO À PRIVACIDADE *POST MORTEM*

Diferentemente da intimidade, a privacidade consiste em algo mais aparente. A privacidade abarca informações sobre o indivíduo, não necessariamente secretas, mas que ele pode optar por divulgá-las ou não. Por outro lado, a intimidade vincula-se a individualidade da pessoa, fenômenos intrapsíquicos.

Nestes termos, alude Lewicki (2003, p. 24):

O uso do anglicismo “privacidade” no direito brasileiro permite uma largueza de acepções incomum: *grosso modo*, poderia ser considerado uma “palavra-ônibus”. Não só seu alcance é privilegiado; seu uso também remedia a excessiva identificação com significados específicos que acomete outros termos.

Entende-se que a privacidade incide na liberdade de escolha do indivíduo em não compartilhar sua vida com o mundo exterior. Pode-se dizer que privacidade é gênero e intimidade espécie.

Diniz (2005, p. 47) alude os elementos que caracterizam a privacidade: “aspectos externos da existência humana, como recolhimento em sua residência, sem ser molestado, escolha do modo de viver, hábitos, comunicação via epistolar ou telefônica, etc.”.

Isto é, a privacidade está ligada às relações sociais do indivíduo não suscetíveis de divulgação. As escolhas do sujeito com relação às facetas de sua vida a serem mostradas ou não, podem dizer muito sobre ele. A partir de então, é possível analisar comportamento social da pessoa, isto é, seu grau de interação com os outros indivíduos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948, *online*), em seu artigo II, inciso XII, expõe: “Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques à honra e reputação. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou

ataques”. Denota-se que o diploma internacional supracitado tutela o direito à privacidade, protegendo a pessoa e a sua família contra deflorações em todos os âmbitos sociais.

Calha dizer que o direito à privacidade cabe a todos, até mesmo as pessoas públicas, posto que elas também possuem a garantia de dignidade da pessoa humana. Sendo assim, também detêm a faculdade de decidir o que expor ou não de suas vidas.

Não obstante, como os demais direitos fundamentais, a privacidade não pode ser tida como absoluta. Neste sentido, afirma Coelho (2006, p. 194): “Impende mencionar, por oportuno, não ser o direito à vida privada ilimitado, não podendo ser arguido, por exemplo, como fundamento para desobediência à ordem judicial, cedendo diante de imperativos de segurança da sociedade”.

A exceção acima descrita, não engloba a possibilidade ampla de violação do direito à privacidade. Não quer dizer que o Estado possa adentrar a vida privada da pessoa, especulando a sua vida sexual, familiar ou intrapessoal, sem a permissão expressa de seu titular. Bittar (2001, p. 108) corrobora com a presente ideia:

Excepciona-se da proteção à pessoa dotada de notoriedade e desde que no exercício de sua atividade, podendo ocorrer a revelação de fatos de interesse público, independentemente de sua anuência. Entende-se que, nesse caso, existe redução espontânea dos limites da privacidade (como ocorre com os políticos, atletas, artistas e outros que se mantêm em contato com o público com maior intensidade). Mas o limite da confidencialidade persiste preservado: assim sobre fatos íntimos, sobre a vida familiar, sobre a reserva no domicílio e na correspondência não é lícita a comunicação sem consulta ao interessado. Isso significa que existem graus diferentes na escala de valores comunicáveis ao público, em função exatamente da posição do titular.

Ensina o artigo 21 do Código Civil, que: “a vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma”. Por sua vez, o Código Civil também confere proteção à privacidade, aduzindo que em caso de ameaça ou transgressão a este direito, devidamente demonstrada pela parte, o magistrado deverá adotar medidas para coibi-la.

A tutela da privacidade também abrange os falecidos. Em casos de violação da privacidade *post mortem*, podem os familiares opor-se judicialmente contra o transgressor, e o magistrado tomará as decisões cabíveis fazer a agressão cessar,

como por exemplo: requer a retida de notícias do ar, apreender exemplares de livros, pagamento de multas etc.

Para Farias e Ronsevald (2007, p. 111):

A tutela do direito à privacidade das pessoas impede sua exposição a constrangimentos ou interferência de terceiros ou mesmo do Estado, sem prévio consentimento, salvo expressa determinação legal em contrário. Nesse contexto, a vida privada consiste em ser um refúgio impenetrável pela coletividade, merecendo real proteção do Estado.

Assim, quando a mídia realiza publicações passíveis de atingir a privacidade alheia, deve-se adotar o binômio “privacidade x relevância pública”, ou seja, se a notícia difundida não for capaz de acrescentar conteúdo informativo de ordem pública, desde logo a publicação é dispensável, tendo em vista que prevalecerá o direito de resguardo da vida privada.

## 1.6 DO DIREITO À INVIOABILIDADE DO CORPO DO *DE CUJUS*

Sabe-se o ser humano possui direito à inviolabilidade da integridade física, vivo ou morto. Em especial, no que se refere ao de cujus, a integridade do corpo relaciona-se aos atos de cremação, realização experiências científicas, doação de órgãos, entre outros.

A inviolabilidade do cadáver, como todos os outros direitos da personalidade do morto, se dá em prol da memória. Sendo assim, não há nada mais justo a se fazer do que atender a vontade do próprio morto no tocante a destinação de seus restos mortais.

Cifuentes (1995, p. 410) ensina que se ao tempo da declaração de vontade a pessoa estiver em plena capacidade e dispor sobre o futuro de seu corpo, desde que não contrarie a lei deve ela ser respeitada.

Entretanto, em caso de ausência de declaração de última vontade e controvérsias entre os legitimados quanto à destinação do corpo do morto, Silva (2000, p. 627) aponta a solução:

Todavia, se existir conflito entre os herdeiros sobre a destinação a ser dada ao falecido a solução para o impasse é dada por Silva citando Gonçalves, que fundamenta: A doutrina mais sensata é a que se pronuncia no sentido da solução adotada pelo legislador português, a propósito da cremação, no

art. 353 do Cód. Do reg. Civ. De 1911, que dá a preferência ao cônjuge sobrevivente, em seguida aos descendentes, depois aos ascendentes, e na falta de todos os colaterais mais próximos. Mas, deverá, no caso de controvérsia entre parentes do mesmo grau, prevalecer a vontade daquele que estivesse vivendo com o falecido, ou em íntima convivência com este, tendo assim, melhor conhecimento das suas ideais e sentimentos.

Considerando as situações em que não há disposição do morto sobre o que deve ser feito com seu corpo, a família poderá optar pela cremação, que consiste na incineração do cadáver, a fim de dar ao corpo a forma de cinzas ou pela doação de órgãos para fins de transplante a quem necessita. Já ato de ceder o corpo do morto para estudos científicos só por ser feito pelo próprio.

A decisão da cremação dar-se-á pelo rol de legitimados previsto em lei e deverá ser realizada de acordo com a legalidade. Deste modo, pessoas alheias que por algum motivo resolvem cremar o corpo do morto atentam contra o seu direito à inviolabilidade.

Desta feita, em algumas ocasiões a violação do corpo por terceiros é necessária, como ocorre em casos de morte violenta, sendo indispensável a realização de exame necroscópico. Ou ainda, quando, durante o trâmite processual é preciso realizar a exumação do cadáver, para a constituição de novas provas periciais, desde que autorizado pela autoridade competente.

Em segundo plano, é lícita a violação do cadáver para fins científicos ou de transplante, sem fins lucrativos. Prevê o artigo 15 do Código Civil: “Art. 14. É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte”. O parágrafo único do mesmo artigo ainda diz: “O ato de disposição pode ser livremente revogado a qualquer tempo”.

No tocante a utilização de cadáveres para fins científicos, como dito, pode o próprio *de cujus* dispor acerca da utilização de seu corpo para estes fins. Contudo, caso assim não se proceda, a Lei nº 8.501/92, estabelece que somente será permitida a utilização de cadáveres não reclamados ao poder público, decorrentes de morte não violenta. A lei retromencionada, prevê que, em casos de cadáveres identificados, mas não reclamados, antes da utilização efetiva do corpo para estudos científicos, deve-se fazer publicações na mídia, por um prazo de dez dias, objetivando localizar a família.

Já no que se refere a Lei nº 9.434/97, no artigo 4º, dispõe que a retirada de tecidos, órgãos e partes do corpo de pessoas falecidas para transplantes ou outra

finalidade terapêutica, dependerá da autorização do cônjuge ou parente, maior de idade, obedecida a linha sucessória, reta ou colateral, até o segundo grau inclusive, firmada em documento subscrito por duas testemunhas presentes à verificação da morte. É importante esclarecer que, após a realização do procedimento de órgãos, o corpo deverá ser reestabelecido de modo digno, para que posteriormente seja realizada a cerimônia fúnebre.

Por fim, cabe evidenciar que em hipótese alguma deve haver visão de lucro, por parte do falecido que declara a disposição de seu corpo para estudos científicos como última vontade ou por parte da família que opta pela doação de órgãos do falecido.

## 2 LIBERDADE DE IMPRENSA

A liberdade de imprensa é essencial para a concepção de um Estado democrático de Direito, por ser uma das vias pelas quais se fornece informações ao público. Não se pode olvidar que entre a liberdade de imprensa e a democracia existe uma condição de reciprocidade, posto que a liberdade de imprensa é ferramenta mantenedora do Estado democrático, e, o Estado democrático é impulsionador da liberdade de imprensa.

Donnini (2002, p. 31) relata que o direito fundamental à liberdade de expressão e informação garante a livre manifestação do pensamento, sendo *conditio sine qua non* para a existência do regime democrático.

Sabe-se que a liberdade de expressão consiste em um dos mais relevantes direitos fundamentais, bem como uma das mais antigas reivindicações realizadas pelo homem. Por certo, a imprensa é um dos elementos propiciadores desta liberdade, criando um meio no qual é possível expressar opiniões e ideologias, sem censura ou medo, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento crítico por parte dos indivíduos.

Cabe destacar que liberdade de informação e liberdade de expressão não se confundem. Carvalho (1999, p. 25), distingue-os da seguinte maneira:

Por isso é importante sistematizar, de um lado, o direito de informação, e, de outro, a liberdade de expressão. No primeiro está apenas a divulgação de fatos, dados, qualidades, objetivamente apuradas. No segundo está a livre expressão do pensamento por qualquer meio, seja a criação artística ou literária, que inclui o cinema, o teatro, a novela, a ficção literária, as artes plásticas, a música, até mesmo a opinião publicada em jornal ou em qualquer outro veículo.

Nota-se que a liberdade de informação se refere ao direito singular de informar e ao direito coletivo de ser informado, ou melhor, ter acesso a fatos e notícias e a faculdade de comunicá-los. Por outro lado, a liberdade de expressão está associada ao direito de possuir convicções próprias e manifestá-las por meio de ideias, opiniões, valorações, etc. Não obstante as distinções acima explanadas, sabe-se que a liberdade de informação deriva da liberdade de expressão.

A liberdade de expressão abrange várias vertentes, como: o pensamento, as ideias, os gestos, a comunicação verbal e não-verbal, entre outros. O resguardo de

cada uma dessas formas de se expressar varia conforme as disposições constitucionais em contrário.

A liberdade de expressão protege os valores constitucionalmente garantidos ao homem, como: a opinião, o comentário, a convicção, a avaliação e o julgamento, desde que estes não firam outros direitos fundamentais.

Por sua vez, o artigo 220 da Constituição Federal de 1988, versa:

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística (BRASIL, 1988, s. p.).

A liberdade de imprensa é um direito suplementar de expressão e manifestação do pensamento por parte das empresas jornalísticas. Verifica-se o importante papel que possui a liberdade de imprensa, em ajustar a liberdade de manifestação do pensamento, através da mídia, aos excessos e arbitrariedades cometidos pelo Estado, propiciando que todos tenham o devido acesso à informação.

Sem dúvidas, desde os tempos mais antigos, o Estado tende a interferir na difusão de informações e construção de ideais, objetivando manipulá-las a seu favor. Por isso, a liberdade de imprensa é um formidável viés para a democratização de fato.

Para Marx (2006, p.18-19), a liberdade de imprensa é:

Goethe disse que o pintor só pinta com êxito aquelas belezas femininas cujo tipo ele tenha amado como indivíduos vivos, alguma vez. A liberdade da imprensa também é uma beleza – embora não seja precisamente feminina – que o indivíduo deve ter amado para assim poder defendê-la. Amado verdadeiramente – isto é, um ser cuja existência sinta como uma necessidade, como um ser sem o qual seu próprio ser não pode ter uma existência completa, satisfatória e realizada.

Em suas lições, Silva (2001, p. 245) afirma que: “é na liberdade de informação jornalística que se concentra a liberdade de informar e é nela que se realiza o direito coletivo à informação. Por isso é que a ordem jurídica lhe confere um regime específico, que lhe garanta a atuação e lhe coíba os abusos”.

A liberdade de imprensa permite a manifestação de descontentamentos, discussões acerca de assuntos polêmicos e desenvolvimento de raciocínio crítico quanto a situação que se vivencia.

Ao tratar sobre imprensa, afirma Barbosa (2004, p. 32-35):

A imprensa é a vista da nação. Por ela é que a Nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonegam, ou roubam, percebe onde lhe alvejam, ou nodoam, mede o que lhe cerceiam, ou destroem, vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que a ameaça. [...] Um país de imprensa degenerada ou degenerescente é, portanto, um país cego e um país miasmado, um país de ides falsas e sentimentos pervertidos, um país que, explorado na sua consciência, não poderá lutar com os vícios, que lhe exploram as instituições.

Quando a imprensa se manifesta contrária aos padrões impostos pelo Estado, com ideias inovadoras ou afrontosas, é natural que isto cause certa instabilidade social, pois dissocia-se da posição majoritariamente aceita. Ao contrário de reprimir, o Estado possui o dever fornecer condições para que a liberdade de imprensa se efetive e expanda.

Neste sentido, Mendes (2010, p. 453), aduz: “não é o Estado que deve estabelecer quais as opiniões que merecem ser tidas como válidas e aceitáveis; essa tarefa cabe, antes, ao público a que essas manifestações se dirigem. Daí a garantia do artigo 220 da Constituição Federal”.

Entretanto, o fornecimento de informações não pode ocorrer de maneira incoerente ou negligente. É essencial que, antes de publicar qualquer espécie de notícia ou fato, o profissional da mídia se atente para a sua veracidade, com a cautela necessária, sob pena de ser responsabilizado civilmente por seus atos.

Assim, a imprensa deve servir de meio defesa da opinião pública, preservando todos os direitos essenciais da coletividade. De fato, não cabe a mídia formar opiniões, de modo manipulador, mas demonstrar a realidade dos fatos, sem que haja sensacionalismo, deixando-os livres para desenvolverem suas próprias opiniões. A liberdade de imprensa existe para garantir o direito de difusão de fatos e notícias.



## 2.1 DA LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO

A liberdade de manifestação do pensamento consiste na exteriorização do que se pensa. O artigo 5º, inciso IX, da Constituição Federal, prediz que: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. Isto posto, afere-se que dentre os modos de expressão encontram-se a manifestação verbal, corporal e simbólica.

No Brasil, após mais de vinte anos de ditadura militar (1964-1985), sobreveio a Constituição Federal de 1988, restaurando a liberdade perdida durante o referido período. Dentre os direitos contemplados pela chamada “Constituição Cidadã”, contemplou-se a liberdade de manifestação do pensamento.

A Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso IV, prevê: “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”. Assim, embora as pessoas possuam a prerrogativa de manifestar o pensamento, não é permitido fazê-lo secretamente, tendo em vista a superveniência de responsabilização civil ou penal por seus atos.

Extraí-se da leitura do artigo 220, *caput*, da Constituição Federal, assegura: “A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição”. O parágrafo 2º do mesmo artigo, robustece: “é vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística”.

Portanto, as limitações a serem impostas pelo poder estatal não podem incorrer em censura. Neste caso, a censura seria a restrição prévia por parte do Estado com relação a manifestação do pensamento da pessoa. Assim, de imediato, toda forma de manifestação do pensamento deve ser aceita, sendo que, caso gere algum tipo de consequência insatisfatória, o indivíduo deverá ser juridicamente responsabilizado.

Neste aspecto, em sede de julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 130/DF, o Supremo Tribunal Federal se posicionou, como demonstrado abaixo:

O art. 220 é de instantânea observância quanto ao desfrute das liberdades de pensamento, criação, expressão e informação que, de alguma forma, se veiculem pelos órgãos de comunicação social. Isto sem prejuízo da aplicabilidade dos seguintes incisos do art. 5º da mesma CF: vedação do anonimato (parte final do inciso IV); do direito de resposta (inciso V); direito

a indenização por dano material ou moral à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas (inciso X); livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer (inciso XIII); direito ao resguardo do sigilo da fonte de informação, quando necessário ao exercício profissional (inciso XIV). Lógica diretamente constitucional de calibração temporal ou cronológica na empírica incidência desses dois blocos de dispositivos constitucionais (o art. 220 e os mencionados incisos do art. 5º). Noutros termos, primeiramente, assegura-se o gozo dos 'sobredireitos' de personalidade em que se traduz a 'livre' e 'plena' manifestação do pensamento, da criação e da informação. Somente depois é que se passa a cobrar do titular de tais situações jurídicas ativas um eventual desrespeito a direitos constitucionais alheios, ainda que também densificadores da personalidade humana. Determinação constitucional de momentânea paralisação à inviolabilidade de certas categorias de direitos subjetivos fundamentais, porquanto a cabeça do art. 220 da Constituição veda qualquer cerceio ou restrição à concreta manifestação do pensamento (vedado o anonimato), bem assim todo cerceio ou restrição que tenha por objeto a criação, a expressão e a informação, seja qual for a forma, o processo, ou o veículo de comunicação social. Com o que a Lei Fundamental do Brasil veicula o mais democrático e civilizado regime da livre e plena circulação das ideias e opiniões, assim como das notícias e informações, mas sem deixar de prescrever o direito de resposta e todo um regime de responsabilidades civis, penais e administrativas. Direito de resposta e responsabilidades que, mesmo atuando *a posteriori*, infletem sobre as causas para inibir abusos no desfrute da plenitude de liberdade de imprensa (BRASIL, 2009, s. p.).

Logo, antes de repreender manifestações do pensamento realizadas dentro da legalidade, necessariamente garante-se seu pleno exercício, sob pena de violação de um direito fundamental individual, tendo em vista que a condição democrática do Estado veda a censura.

A rigor, o Superior Tribunal de Justiça também adota o posicionamento em questão:

A concessão de tutela inibitória em face de jornalista, para que cesse a postagem de matérias consideradas ofensivas, se mostra impossível, pois a crítica jornalística, pela sua relação de inerência com o interesse público, não pode ser aprioristicamente censurada. Sopesados o risco de lesão ao patrimônio subjetivo individual do autor e a ameaça de censura à imprensa, o fiel da balança deve pender para o lado do direito à informação e à opinião. Primeiro se deve assegurar o gozo do que o Pleno do STF, no julgamento da ADPF 130/DF, Rel. Min. Carlos Britto, DJe de 06.11.2009, denominou sobredireitos de personalidade - assim entendidos como os direitos que dão conteúdo à liberdade de imprensa, em que se traduz a livre e plena manifestação do pensamento, da criação e da informação - para somente então se cobrar do titular dessas situações jurídicas ativas um eventual desrespeito a direitos constitucionais alheios, ainda que também formadores da personalidade humana. Mesmo que a repressão posterior não se mostre ideal para casos de ofensa moral, sendo incapaz de restabelecer por completo o status quo ante daquele que teve sua honra ou sua imagem achincalhada, na sistemática criada pela CF/88 prevalece a livre e plena circulação de ideias e notícias, assegurando-se, em contrapartida, o direito de resposta e todo um regime de responsabilidades civis e penais que, mesmo atuando após o fato consumado, têm condição

de inibir abusos no exercício da liberdade de imprensa e de manifestação do pensamento. Mesmo para casos extremos como o dos autos - em que há notícia de seguidos excessos no uso da liberdade de imprensa - a mitigação da regra que veda a censura prévia não se justifica. Nessas situações, cumpre ao Poder Judiciário agir com austeridade, assegurando o amplo direito de resposta e intensificando as indenizações caso a conduta se reitere, conferindo ao julgado caráter didático, inclusive com vistas a desmotivar comportamentos futuros de igual jaez (BRASIL, 2013, s. p.).

Destaca-se que no que concerne a responsabilização em âmbito civil, o artigo 5º, inciso V, garante o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

O direito de resposta encontra-se tutelado pela Lei nº 13.188/15, que disciplina o seu exercício, inclusive no que tange a retificação de informações, a quem se sentir ofendido por matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação.

Como sugere o termo, o direito de resposta incide na faculdade da pessoa, natural ou jurídica, de refutar as ofensas perpetradas, ainda que por equívoco, através dos meios de comunicação, as quais não se encontram tuteladas penalmente.

Enfim, certamente é primordial que para a manifestação do pensamento não haja intervenção Estatal. Denota-se que para a garantia deste direito, o Estado precisa manter-se inerte, até que a parte prejudicada se manifeste em sentido contrário. A partir de então, restando provada a violação de direitos da parte, poderá o indivíduo ser responsabilizado por seus atos.

## 2.2 DO ACESSO À INFORMAÇÃO E DA LIBERDADE DE DIFUSÃO DE FATOS E NOTÍCIAS

O direito de acesso à informação é de suma importância para inteirar os indivíduos acerca dos acontecimentos da sociedade. De certo modo, informações acessíveis dão ensejo a maior participação destes nas relações de cidadania, garantia prevista no artigo 1º, inciso II, da Carta Magna.

Sabe-se que a imprensa possui o dever de informar o indivíduo de maneira imparcial, clara e correta. Ademais, a prestação de informações não deve vir acrescida de valoração pessoal.

Sobre o assunto Greco (2011, p. 247) aduz que sobre o jornalista incide o dever de informar à coletividade de acontecimentos e ideias, objetivamente, sem lhes alterar a verdade ou esvaziar-lhes o sentido original, do contrário, se terá não informação, mas deformação.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, inciso XIV, consagra o acesso à informação: “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”.

Quanto o resguardo ao sigilo da fonte, Puccinelli Júnior (2012, s. p.) assegura que os detentores de informações privilegiadas ou comprometedoras geralmente evitam torná-las públicas receando possíveis represálias. Nesta ocasião, entram em ação os jornalistas, que verificam a veracidade das informações para posteriormente lançá-las na mídia.

Tem-se que existe o cuidado em resguardar a fonte da informação polêmica em prol da continuidade do jornalismo. Contudo, o fato de haver resguardo quanto à natureza da fonte, não exime o jornalista de se identificar ao difundir a notícia ou fato, tendo em vista que a Constituição Federal veda o anonimato.

Posto isto, nota-se que a imprensa possui a função social de informar a coletividade sobre fatos e notícias, por conseguinte, deve haver fidelidade na prestação de informações.

## 2.4 DO DANO MORAL E MATERIAL

O dano consiste em qualquer atividade injusta que viola os direitos juridicamente tutelados das pessoas, sejam estes morais ou patrimoniais. Conforme reza o inciso X do artigo 5º da Carta Magna, em caso de ameaça ou lesão dos direitos da personalidade, poder-se-á exigir a interrupção imediata, bem como, a reparação dos danos causados, assegurando à pessoa o direito a indenização pelo dano moral ou material decorrente de sua violação.

No mesmo sentido dispõe o parágrafo único do artigo 12 do Código Civil, que em caso de morte, outorga a legitimidade ativa do polo processual ao cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até quarto grau da pessoa cujos direitos da personalidade foram violados.

O dano moral trata-se de lesões de caráter não-patrimonial sofridas pela pessoa, isto é, impossíveis de serem liquidadas economicamente. Assim, a indenização por danos morais é devida em situações que perturbam o íntimo do ser humano, causando-lhe sentimentos indesejados. A respeito da definição de dano moral, leciona Gonçalves (2009, p. 359):

Dano moral é o que atinge o ofendido como pessoa, não lesando seu patrimônio. É lesão de bem que integra os direitos da personalidade, como a honra, a dignidade, intimidade, a imagem, o bom nome, etc., como se infere dos art. 1º, III, e 5º, V e X, da Constituição Federal, e que acarreta ao lesado dor, sofrimento, tristeza, vexame e humilhação.

Deste modo, verifica-se que o dano moral, de maneira direta ou indireta, atinge interesses intrínsecos da pessoa, diversos de bens patrimoniais. De tal modo, gera danos sob aspectos morais e psicológicos do indivíduo.

Seguindo o mesmo entendimento, Cahali (2011, p. 28) ratifica:

Dano moral, portanto, é a dor resultante da violação de um bem juridicamente tutelado, sem repercussão patrimonial. Seja dor física – dor-sensação, como a denominada Carpenter – nascida de uma lesão material; seja a dor moral – dor-sentimento, de causa imaterial.

Relativamente ao tema, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro-RJ decidiu, em sede de ação civil pública, acerca de dano moral decorrente da violação do corpo do de cujus:

Dano moral. Desaparecimento de corpo do local de seu sepultamento - Mercê da flagrante violação de seu dever contratual de guarda do cadáver, exsurge inequívoco o dever de indenizar o dano moral decorrente da violenta dor causada pela surpresa revelada no momento da exumação com a ausência do corpo do local onde fora sepultado, encontrando-se outro de sexo diverso. Um dos valores inalienáveis do patrimônio moral humano é a dignidade da vida e da morte. **O desprezo pelo ser humano após a sua morte gera dor profunda nos seus entes queridos que sofrem a perda da pessoa amada.** O zelo para com o corpo sepulto equipara-se ao constante velar pela alma da pessoa que se foi. Dor moral que se exacerba pela constatação da presença de outro cadáver na sepultura, mostrando-se improvável a localização do originário cadáver e a consecutória impossibilidade de sua cremação. Prova inequívoca oficial engendrada após a surpresa gerada pelo fato. **Provado o fato inequívoco é o dever de indenizar. É princípio assente no E. STJ que o dano moral, é o sofrimento humano, a dor, a mágoa, a tristeza infligida injustamente a outrem, alcançando os direitos da personalidade protegidos pela gala constitucional. A indenização por dano moral tem natureza extrapatrimonial e origem, em caso de morte, na dor, no sofrimento e no trauma dos familiares próximos das vítimas. Como assentado em precedente da Corte, não há falar em prova do dano moral, mas, sim,**

**na prova do fato que gerou a dor, o sofrimento, sentimentos íntimos que o ensejam.** Provado assim o fato, impõe-se a condenação, sob pena de violação ao artigo 334 do Código de Processo Civil.

Consequente ao fato é o dever de restituir as despesas de manutenção, que pressupõe a guarda que "in casu" não se operou, conforme constatado, bem como o valor da exumação onde flagrou-se o impiedoso acontecimento. Apelo desprovido (BRASIL, 2001, s. p., grifo nosso).

Neste caso, diante da humilhação moral sofrida pela família, causada pelo desrespeito e exploração do corpo do morto, surge o dever de indenizar. Entretanto, segundo Venosa (2003, p. 39), o dano moral é irreparável, sem mensuração pecuniária, servindo a indenização como lenitivo para a dor. É importante ressaltar que o dano moral é extensível a todos os bens personalíssimos.

Em referência ao assunto, Souza (1995, p. 193) afirma:

Neste enquadramento, a memória do defunto é tutelada, quer preventiva quer repressivamente, tanto quando o ofensor é condenado a pagar uma soma pecuniária aos representantes do defunto como quando é sentenciado a abster-se de renovar a ofensa ou a eliminar certos efeitos da mesma, tudo dependendo das circunstâncias do caso, podendo inclusive acontecer que a única sanção susceptível de aplicação ao caso concreto seja a indenização em dinheiro.

Conforme reza o artigo 186 do Código Civil: "Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito". Sem hesitar, o artigo 927 do mesmo diploma legal completa a ideia: "Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo".

Todavia, o dano moral causado aos parentes do morto não pode ser banalizado, pois quando o transgressor ofende os direitos da personalidade do morto, comete ato ilícito. Assim, é perceptível a necessidade de punição pedagógica do transgressor e inibição deste para que tal conduta não se repita.

A Constituição, no artigo 5º, inciso XXXV, *ipse lictoris*: "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito". Sendo assim, toda pessoa possui o direito de buscar tutela judiciária por danos morais ou materiais, cabendo ao magistrado análise de cabimento ou não de indenização.

Ao contrário do dano moral, o dano material faz menção às lesões de ordem patrimonial, ou seja, que atinge os bens corpóreos da pessoa. De fato, quando ocorre o dano material é facilmente perceptível.

A discorrer sobre dano material causado pela exposição indevida de imagens da pessoa, D'Azevedo (2001, s. p.), aduz: “a indenização por violar o direito à imagem não deve se limitar ao valor que o indivíduo perdeu (dano emergente), mas também deve se estender para quanto deixou de ganhar (lucros cessantes)”.

Na seara *post mortem*, verifica-se que geralmente o dano material ocorre quando há publicações usurpadoras dos direitos da personalidade de pessoas famosas, pois despertam a curiosidade do público, gerando ao transgressor lucros decorrentes da conduta ilícita. A exemplo disso, cita-se o “Caso Garrincha”, no qual foram vendidos diversos exemplares de sua biografia não autorizada.

Quanto ao *quantum* indenizatório devido ao titular dos direitos, assevera Bittar (2000, p. 97):

[...] deve-se, assim, na fixação da indenização, optar por valores que, a par da satisfação do interesse patrimonial do titular, sancionem a violação ao aspecto pessoal, buscando-se, pois, adicionar à verba usual do mercado o *plus* correspondente à lesão à personalidade, e em níveis desincentivadores da prática, como medida de plena satisfação ao interesse do lesado, e em perfeita consonância com a teoria da responsabilidade.

Deste modo, tem-se que o transgressor dos direitos personalíssimos do morto carece de satisfazer o dano causado ao bem patrimonial de modo vultoso, posto que é preciso prevenir a família do surgimento de novas lesões.

Silva (2000, p. 201), correlaciona o dano material e moral com os direitos personalíssimos, ressaltando a importância da preservação dos mesmos:

A vida humana, que é o objeto do direito assegurado no artigo 5º, caput, integra-se de elementos materiais (físicos e psíquicos) e imateriais (espirituais). No conteúdo de seu conceito se envolvem o direito à dignidade da pessoa humana [...], o direito à privacidade [...], o direito à integridade físico-corporal, o direito à integridade moral e, especialmente, o direito à existência. [...] A vida humana não é apenas um conjunto de elementos materiais. Integram-na, outrossim, valores imateriais, como os morais. A Constituição empresta muita importância à moral como valor ético-social da pessoa e da família, que se impõe ao respeito dos meios de comunicação social (artigo 221, IV). Ela, mais que as outras, realçou o valor da moral individual, tornando-a mesmo um bem indenizável (artigo 5º, incisos V e X). A moral individual sintetiza a honra da pessoa, o bom nome, a boa fama, a reputação que integram a vida humana como dimensão imaterial. Ela e seus componentes são atributos sem os quais a pessoa fica reduzida a uma condição animal de pequena significação. Daí por que o respeito à integridade moral do indivíduo assume feição de direito fundamental.

Realizadas as considerações acerca meios de reparação de prejuízos materiais e imateriais misteres à família do de *cujus*, parte-se para a problemática em desencadeadora do presente estudo.



### 3 DIREITOS DA PERSONALIDADE DO MORTO VERSUS LIBERDADE DE IMPRENSA

Resta apurado que os direitos da personalidade, previstos no artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal de 1988, são conferidos às pessoas vivas ou mortas, encontrando amparo no direito fundamental à dignidade da pessoa humana, princípio basilar do Estado democrático de Direito, presente no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal.

Como dito anteriormente, os direitos da personalidade são invioláveis, intransmissíveis, irrenunciáveis, extrapatrimoniais, inalienáveis, indisponíveis, imprescritíveis e impenhoráveis, deste modo, não estão aptos a sofrer danos de qualquer espécie. Todavia, em caso de transgressão da inviolabilidade, o sujeito possui o direito de ver cessar a ameaça ou a lesão sofrida de imediato, nos termos do artigo 12 do Código Civil.

Por outro lado, a liberdade de imprensa também é direito fundamental, igualmente consagrado pelo artigo 5º, inciso IX, da Constituição Federal de 1988. Para tanto, é outorgado aos meios de comunicação o poder de livre expressão e de difusão de informações imparciais e verdadeiras, desde que na forma da lei, em prol do interesse coletivo.

Além disso, a liberdade de imprensa encontra respaldo no princípio da democracia, previsto no artigo 1º, *caput*, da Constituição Federal. Através do referido princípio, procura-se satisfazer as necessidades coletivas, ainda que seja preciso sobrexceder a individualidade dos sujeitos.

Porém, o inciso XLI, do artigo 5º, da Constituição Federal dispõe que “a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais”. Então, como agir diante da colisão de dois direitos fundamentais?

A colisão entre os direitos supracitados ocorre de modo frequente no meio social, dado que, em certas ocasiões, ao realizar publicações, a imprensa desvia-se do foco informativo, acabando por infringir direitos individuais. Agindo de modo sensacionalista e invasivo, a mídia pode gerar prejuízos inestimáveis às pessoas.

Na atualidade vivencia-se constantemente violações dos direitos da personalidade. Não obstante, visando proteger os direitos da personalidade, o ordenamento jurídico brasileiro impõe limitações ao exercício da atividade jornalística. Por analogia, essas regras são extensíveis ao *de cuius*, isto é, direitos

como: a honra, imagem, privacidade, intimidade e inviolabilidade do corpo do morto, também são objetos de tutela jurídico-constitucional.

Não se pode olvidar que trivialmente a imprensa extrapola o exercício de seus direitos, ferindo os direitos inerentes ao *de cujus*. A exemplo disso: divulgações de imagens chocantes, que retratam cadáveres ensanguentados, ou ainda, publicações de textos que violam a honra do falecido, dentre outras práticas. Neste contexto, de um lado há uma imprensa afoita por novas informações e de outro há uma família que sofre pela perda de um ente querido e preza por sua memória.

A liberdade de informar não pode ser tida como absoluta e intangível, considerando que os limites impostos a esta partem dos direitos da personalidade do morto. No entanto, restringir o direito de noticiar é censurar a atividade jornalística, coronária da atual sociedade democrática.

Todavia, para solucionar o problema em tela não é plausível valer-se da hierarquia entre princípios, pois obviamente esta não existe quando se fala em direitos fundamentais contrapostos.

De modo geral, no ordenamento jurídico brasileiro a liberdade de imprensa e os direitos da personalidade do morto são igualmente resguardados. Entretanto, na ocorrência de colisão dos mesmos em situações próprias, o critério legítimo a ser adotado é a proporcionalidade, na qual, se utilizando da ponderação, buscar-se-á a melhor solução para o caso concreto.

Eis que surge a motivação jurídico-social para o estudo em análise, tendo como objetivo analisar a aplicação dos princípios conflitantes, sob a ótica do princípio da proporcionalidade, preceito fundamental para a aplicação ao caso concreto, haja vista a grande relevância dos institutos, sobretudo as disparidades referentes a publicações polêmicas na mídia que envolvam os direitos *post mortem* e suas consequências.

Ademais, a análise acerca do conflito entre liberdade de imprensa e direitos da personalidade do *de cujus* é de essencial importância acadêmica, por acrescer o conhecimento jurídico e a capacidade crítico-reflexiva, ocasião em que torna indispensável uma aprofundada reflexão acerca da aplicação da proporcionalidade em caso de colisão de princípios.

Segundo Godoy (2001, p. 23), a teoria dos direitos da personalidade, tanto quanto suas formas de tutela, evoluiu e foi progressivamente se sistematizando à exata medida que se desenvolveram as ideias e valorização do homem, de sua

compreensão como centro e fundamento, mais do que destinatário, da ordenação social.

Sabe-se que os princípios do Direito possuem função essencial no ordenamento jurídico, trata-se de conjunto de regras jurídicas abstratas adaptáveis ao caso concreto na busca pela real produção de justiça, orientam o magistrado a decidir de modo coeso e impõem limites ao legislador. Nos dizeres de Alexy (2008, p. 117), “princípios são mandamentos de otimização em face das possibilidades jurídicas e fáticas”, assim, servem como base norteadora das relações jurídicas diante da omissão ou colisão de normas. Sobre a colisão de princípios, Canotilho (1994, s. p.) ensina:

De um modo geral, considera-se existir uma colisão de direitos fundamentais quando o exercício de um direito fundamental por parte do seu titular colide com o exercício do direito fundamental por parte de outro titular. Aqui não estamos perante um cruzamento, ou acumulação de direitos (com a concorrência de direitos), mas perante um choque, um autêntico conflito de direitos.

Verifica-se que, no tema em apreciação, a colisão de princípios ocorre em situações que, concomitantemente, a liberdade de imprensa e os direitos da personalidade do *de cujus* são garantidos pela Constituição Federal.

Solucionar o problema através da proporcionalidade, significa avaliar as situações em concreto com bom senso, uma vez que cada qual possui peculiaridades. Ante a incoerência de coexistência dos dois princípios de forma ilimitada, parte-se adoção de cautela necessária para verificar qual direito é mais relevante ao caso e deve sobressair.

Cabe dizer que quando a liberdade de imprensa e os direitos da personalidade do *de cujus* se chocam, ocorre a chamada colisão em sentido estrito, pois ocorre a colisão de direito fundamental de um titular contra outro. Canotilho, em seus ensinamentos, Canotilho (1995, p. 643) explica tal fenômeno:

De um modo geral, considera-se existir uma colisão de direitos fundamentais quando o exercício de um direito fundamental por parte do seu titular colide com o exercício do direito fundamental por parte de outro titular. Aqui não estamos perante um cruzamento ou acumulação de direitos (como na concorrência de direitos), mas perante um ‘choque’, um autêntico conflito de direito.

Por conseguinte, a colisão em sentido estrito se subdivide em: colisão entre direitos fundamentais idênticos e colisão entre direitos fundamentais diversos. O choque entre os direitos da personalidade do *de cujus* e a liberdade de imprensa trata-se de colisão entre direitos fundamentais diversos.

Antes de aprofundar no tema, é importante diferenciar regras normativas comuns de princípios. As regras caracterizam-se por tutelar situações específicas, ditando de forma direta o que deve ser feito. Por seu turno, os princípios servem como mandamentos de ordem abstrata em busca do estado ideal, servindo de amparo e limitação para os contextos fáticos. Dworkin (2002, p. 39) traça distinções entre regras e princípios da seguinte maneira:

**A diferença entre princípios jurídicos e regras é de natureza lógica.** Os dois conjuntos de padrões apontam para decisões particulares acerca da obrigação jurídica em circunstâncias específicas, mas distinguem-se quanto à natureza da orientação que oferecem. As **regras são aplicáveis à maneira do tudo-ou-nada**. Dados os fatos que uma regra estipula, então ou a regra é válida, e neste caso a resposta que ela fornece deve ser aceita, ou é inválida, e neste caso em nada contribui para a decisão (Grifo do autor).

Ainda sob a égide dos ensinamentos do autor (p. 90-91), tem-se que:

O ponto decisivo na distinção entre regras e princípios é que os princípios são normas que ordenam que algo seja realizado na maior medida possível dentro das possibilidades jurídicas e fáticas existentes. **Princípios são, por conseguinte, mandamentos de otimização, que são caracterizados por poderem ser satisfeitos em graus variados e pelo fato de que a medida devida de sua satisfação não depende somente das possibilidades fáticas, mas também das possibilidades jurídicas.** O âmbito das possibilidades jurídicas é determinado pelos princípios e regras colidentes. Já as regras são normas que são sempre ou satisfeitas ou não satisfeitas. Se uma regra vale, então, deve se fazer exatamente aquilo que ela exige; nem mais, nem menos. Regras contêm, portanto, determinações no âmbito daquilo que é fático e juridicamente possível. Isso significa que a distinção entre regras e princípios é uma distinção qualitativa, e não uma distinção de grau (Grifo do autor).

Diferentemente do conflito entre regras normativas comuns, que é passível de solução através dos critérios de hierarquia, cronologia e especialidade, os direitos fundamentais não podem ser submetidos a esta sistemática. Nesta acepção, Vale (2009, p. 129) aponta:

Nos casos em que existem colisões de normas de direitos fundamentais estas serão interpretadas como princípios e, serão submetidas a uma ponderação que leve em conta os valores incorporados em cada norma. O forte conteúdo axiológico das normas de direitos fundamentais e sua

elevada posição hierárquica no ordenamento jurídico fazem com que, na maioria das vezes, elas sejam interpretadas como princípios.

Assim, levando em conta que os referidos direitos fundamentais não possuem hierarquia, foram acrescentados na mesma ordem cronológica, bem como não há que se falar em especialidade, Mendes, Mártires e Branco (2008, p. 113) salientam:

[...] não ocorrem conflitos reais entre as normas da Constituição, mas apenas conflitos aparentes, seja porque elas foram promulgadas conjuntamente, seja porque não existe hierarquia nem ordem de precedência entre as suas disposições.

Acerca da maneira de se realizar a ponderação entre princípios, Barroso (2007, p. 66) afirma que estes, por sua vez, expressam valores a serem preservados ou fins públicos a serem realizados. Designam, portanto, “estados ideais”, sem especificar a conduta a ser seguida. A atividade do intérprete aqui será mais complexa, pois a ele caberá definir a ação a tomar. E mais: em uma ordem democrática, princípios frequentemente entram em tensão dialética, apontando direções diversas. Por essa razão, sua aplicação deverá se dar mediante direções-ponderação: o intérprete irá aferir o peso de cada um, à vista das circunstâncias, fazendo concessões recíprocas. Sua aplicação, portanto, não será no esquema do tudo ou nada, mas graduada à vista das circunstâncias representadas por outras normas ou por situações de fato.

Dworkin (2002, p. 40) assevera que os princípios possuem uma dimensão de peso ou importância que as regras não têm, de modo que, em caso de colisão, o que tiver maior peso se sobreporá ao outro, sem que este perca a sua validade.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Mendes, Mártires e Branco (2008, p. 286) ratificam: “É importante perceber que a prevalência de um direito sobre o outro se determina em função das peculiaridades do caso concreto. Não existe um critério de solução de conflitos válido em termos abstratos”.

Portanto, a colisão entre liberdade de imprensa e direitos da personalidade do *de cuius* será resolvida por meio da cessão do princípio menos importante frente ao outro, a partir das circunstâncias fáticas do caso concreto.

Contudo, existem alguns princípios que atuam ao lado da proporcionalidade capazes de nortear a análise do caso concreto, são eles: o princípio da unidade da constituição e o princípio da harmonização.

O princípio da unidade da Constituição assegura que as normas constitucionais sejam avaliadas de modo integrado/conjunto, a fim de evitar disparidades e contradições, prezando pela harmonia entre elas. Sobre a função deste princípio, ensina Barroso (1996, p. 200):

O papel do princípio da unidade é o de reconhecer as contradições e tensões – reais ou imaginárias – que existam entre normas constitucionais e delimitar a força vinculante e o alcance de cada uma delas. Cabe-lhe, portanto, o papel de harmonização ou ‘otimização’ das normas, na medida em que se tem de produzir um equilíbrio, sem jamais negar por completo a eficácia de qualquer delas.

Se a partir da aplicação hemenêutico-concretizante da unidade da Constituição verificar-se que um direito fundamental compromete o outro, o primeiro será elidido, sob pena de prejudicar a ordem constitucional.

O princípio da harmonização ou concordância prática trata-se de meio intercessor-otimizador de todas as garantias individuais. Visa não ter de aniquilar um direito constitucionalmente assegurado por outro, sendo esta opção a última opção. A concretização de tal princípio tem como resultado a aplicação da ponderação ao caso concreto. Andrade (2004, p. 294) robustece:

[...] o princípio da concordância prática neste domínio não impõe necessariamente a *realização ótima* de cada um dos valores em jogo, uma harmonização em termos matemáticos. É apenas um método e um processo de legitimação das soluções que impõe a ponderação - ou, para utilizar uma terminologia anglo-saxónica, um *weighing* ou *balancing ad hoc* - de todos os valores constitucionais aplicáveis, de modo que se não ignore nenhum deles, para que a Constituição (essa, sim) seja otimizada ou preservada na maior medida do possível. Ora, a realização ótima das prescrições constitucionais depende da intensidade ou modo como os direitos são afetados no caso concreto, atentos o seu conteúdo e a sua função específica. Isto é, a medida em que se vai comprimir cada um dos direitos (ou valores) é diferente, consoante o modo como se apresentam e as alternativas possíveis de solução do conflito.

Por sua vez, a proporcionalidade é princípio basilar para a resolução de conflitos, caracteriza-se pela busca do equilíbrio entre os direitos individuais, transmitindo a ideia de que nenhum princípio é absoluto e ilimitado.

Bonavides (2006, p. 434) preceitua que no ordenamento constitucional brasileiro não deve a proporcionalidade permanecer encoberta. Em se tratando de princípio vivo, elástico, prestante, protege ele o cidadão contra os excessos do Estado e serve de escudo à defesa dos direitos e liberdades constitucionais. De tal

sorte que urge, quanto antes, extraí-lo da doutrina, da reflexão, dos próprios fundamentos da Constituição, em ordem a introduzi-lo, com todo o vigor, no uso jurisprudencial.

Alexy (2008, p. 116) ao versar sobre proporcionalidade, afirma que esta é feita com a aplicação da “máxima da proporcionalidade”, subdividindo-o em três “máximas parciais”: adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito.

Então, o princípio da proporcionalidade é composto por três subprincípios - adequação, necessidade e ponderação - nos quais deve o magistrado se balizar ao analisar o caso concreto. Neste tocante, ensinam Barroso e Barcellos (2004, p. 05):

Trata-se de um valioso instrumento de proteção dos direitos fundamentais e do interesse público, por permitir o controle da discricionariedade dos atos do Poder Público e por funcionar como a medida com que uma norma deve ser interpretada no caso concreto para a melhor realização do fim constitucional nela embutido ou decorrente do sistema. Em resumo sumário, o princípio da razoabilidade permite ao Judiciário invalidar atos legislativos ou administrativos quando: a) não haja adequação entre o fim perseguido e o instrumento empregado (adequação); b) a medida não seja exigível ou necessária, havendo meio alternativo menos gravoso para chegar ao mesmo resultado (necessidade/vedação do excesso); c) não haja proporcionalidade em sentido estrito, ou seja, o que se perde com a medida é de maior relevo do que aquilo que se ganha (proporcionalidade em sentido estrito). O princípio pode operar, também, no sentido de permitir que o juiz gradue o peso da norma, em uma determinada incidência, de modo a não permitir que ela produza um resultado indesejado pelo sistema, assim fazendo a justiça do caso concreto.

Para Alexy (2008, p. 118), a adequação é o meio idôneo capaz de concretizar o direito fundamental. Logo, caso o meio utilizado não concretize, efetivamente, o direito fundamental, será inidôneo. Constitui-se uma análise da possibilidade fática.

Quanto à análise da necessidade, Ávila (2009, p. 117), trata-se da “verificação da existência de meios que sejam alternativos àquele inicialmente escolhido”. Já ponderação é a técnica de decisão judicial em casos extremamente difíceis, como ocorre na colisão entre liberdade de imprensa e direitos da personalidade do morto, nos quais é preciso utilizar-se do máximo de bom senso, posto que o raciocínio tradicional (das regras normativas comuns) não é cabível. Alexy (2008, p. 68) assevera que a ponderação se realiza em três graus, quais sejam:

No primeiro grau deve ser determinada a intensidade da intervenção. No segundo trata-se, então, da importância dos fundamentos que justificam a intervenção. Somente no terceiro grau realiza-se então a ponderação em sentido estrito e verdadeiro.

Por essa razão, em havendo conflito entre princípios a solução não é a extinção de um deles, mas o sopesamento entre os interesses conflitantes. Assim, diante da colisão de princípios, através da utilização do sopesamento é possível definir o peso maior de cada princípio. Nestes termos, garante Alexy (2008, p. 93):

Se dois princípios colidem – o que ocorre, por exemplo, quando algo é proibido e, de acordo com o outro, permitido –, um dos princípios terá que ceder. Isso não significa, contudo, nem que o princípio cedente deva ser declarado inválido, nem que nele deverá ser introduzida uma cláusula de exceção.

Realizadas as conceituações pertinentes, calha dizer que Alexy (2008, p. 97) apresenta a “Lei de Colisão” a partir do sopesamento. O autor exemplificativamente estabelece a seguinte premissa, que serve de base para a aplicação da proporcionalidade: em um caso concreto, o princípio P1 tem um peso maior que o princípio P2 se houver razões suficientes para que P1 prevaleça sobre P2 sob as condições C, presentes nesse caso concreto. Logo, estando presentes as condições “C”, caso colidam P1 e P2 é possível que se estabeleça *a priori* que, em dadas condições, um dos princípios terá maior peso, prevalecendo diante do outro.

Fazendo uso da regra acima explanada é possível alcançar o resultado pretendido, no que concerne à qual direito fundamental deverá sobressair na dicotomia direitos da personalidade do morto x liberdade de imprensa, por meio da atribuição de pesos aos princípios em cada caso. As etapas incluem a análise do grau de sacrifício do princípio, a importância do outro princípio e se tal sacrifício é justificável.

Resta evidente a necessidade de buscar uma maior sustentação, em âmbito doutrinário e jurisprudencial, no que diz respeito aos critérios utilizados nos casos em que há conflitos entre os direitos personalíssimos do *de cujus* e a liberdade conferida aos meios de comunicação, bem como, compreender a sistemática que envolve a decisão do magistrado, com base na conjuntura normativa vigente.

### 3.1 DESDOBRAMENTOS FÁTICOS E JURÍDICOS

Inicialmente, é importante reafirmar as palavras de Carvalho (2008, p. 670) no sentido de que: “Não existe direito absoluto, entendido como o direito sempre



obrigatório, sejam quais forem as consequências. Assim, os direitos fundamentais não são absolutos nem ilimitados”.

Na atual realidade democrática, a mídia possui o poder-dever de difundir informações, através da veiculação de fatos e notícias. Esta atividade é imprescindível às pessoas, posto que elas possuem o direito constitucionalmente garantido de serem informadas, bem como a mídia de se expressar. Sobre o direito à informação, afirma Godoy (2001, p. 58):

Antes de ser concebido como uma liberdade de manifestação e expressão do pensamento, modernamente vem sendo entendido como dotado de forte componente de interesses coletivos, a que corresponde, na realidade, um direito coletivo à informação.

As notícias e fatos lavrados de maneira legítima são necessárias para cientificar os indivíduos acerca dos acontecimentos que o rodeiam. O exercício da mídia é garantido desde que realizado balizado na verdade, imparcialidade, clareza e precisão.

Por outro lado, em que pese a garantia à liberdade de se expressar, informar e ser informado, a dignidade da pessoa humana se reflete em outras proteções, também essenciais para que o homem desenvolva sua personalidade no convívio social, tendo a segurança mínima de exercício de seus direitos individuais.

A exibição de imagens de cadáveres, transgressão da honra, intimidade, privacidade e dos restos mortais do indivíduo, para suprir a curiosidade do público não é justificável, mas conduta desumana e cruel. Neste sentido, ao tecer específicos comentários sobre a proteção da imagem, assegura Diniz (2008, p. 129):

A proteção à imagem deve ser ponderada com outros interesses constitucionalmente tutelados, especialmente em face do direito de amplo acesso à informação e da liberdade de imprensa. Em caso de colisão, levar-se-á em conta a notoriedade do retrato e dos fatos abordados bem como a veracidade destes e, ainda, as características de sua utilização (comercial, informativa, biográfica), privilegiando-se medidas que não restrinjam a divulgação de informações.

Sendo assim, não se pode burlar as fronteiras impostas pelos direitos da personalidade. A distribuição de informações não se encontra condicionada a violação de direitos da personalidade do morto. Neste diapasão, Godoy (2001, p. 75) leciona:

[...] é preciso verificar se, no caso concreto, o sacrifício da honra, privacidade ou imagem de uma pessoa se impõe diante de determinada informação ou manifestação que, de alguma forma, se faça revestida de interesse social, coletivo, sem o que não se justifica a invasão da esfera íntima ou moral do indivíduo.

A morte é um fenômeno natural, que acarreta sofrimento demasiado, sob a qual todos estão sujeitos, por conseguinte, não é admissível utilizar-se desta para promover espetáculos para o público, pois ofensa da memória do morto não gera apenas um mero dessabor à família, mas degradação moral, dor, sofrimento, dentre outros sentimentos ruins.

De fato, ao contrário de publicações puramente informativas, o sensacionalismo desperta curiosidade nos telespectadores e leitores, aumentando a audiência e concebendo altos lucros à imprensa.

Assim, há que se admitir que a existência do conflito entre estes direitos fundamentais deve implicar em sobreposição dos mesmos. Para isso, deve-se levar em consideração que em muitos casos, o exagero na publicação de uma notícia é intencional e gera lucros às grandes empresas de comunicação, já que o sensacionalismo atrai o público e conseqüentemente aumenta a venda de jornais, bem como mantém em alta a audiência.

Certamente a imprensa sensacionalista se prepara para ser sujeito passivo de possíveis ações. E, ante o caráter de ressarcimento dos danos morais e materiais no atual ordenamento jurídico, e não pedagógico, com a justificativa de que a vítima não pode enriquecer em decorrência do fato, os valores cobrados não são suficientes para punir as atitudes ilícitas realizadas pela mídia. Sendo assim, não há uma inibição para aquela que atenta contra os direitos da personalidade do morto, resultando em um exercício atentatório contra direitos compensador.

Comumente tem-se realizado a interpretação dos princípios constitucionais às avessas, isto é, liberdade de imprensa é diferente de liberdade de impressão. Os meios de comunicação não podem utilizar-se da liberdade de imprensa para publicar tudo o que lhes soe interessante ou lucrativo.

Na obra *As Mídias e a Justiça: Liberdade de Imprensa e Respeito ao Direito*, Leclerc e Théolleyre (2007, p. 91), versam sobre esta árdua tarefa que é a ponderação entre direitos da personalidade e liberdade de imprensa:

Entretanto, quão difícil é essa relação entre justiça e as mídias, essas duas instituições que velam às portas da democracia! Suas disputas incessantes fazem, por vezes, esquecer o essencial: a justiça independente é necessária para que, perante todos os poderes e abusos, os direitos iguais, a liberdade e a dignidade de cada um sejam respeitados, e as mídias livres sejam indispensáveis ao cidadão para que possam exercer suas prerrogativas com todo conhecimento de causa.

Portanto, é preciso analisar com muito cuidado a fronteira que separa a imprensa que difunde informações e realiza trabalhos investigativos e informativos com profissionalismo, daquela imprensa de cunho sensacionalista. Afinal, tanto o desempenho da imprensa quanto a produção de Justiça, são fundamentais para consolidação da democracia.

Verifica-se que na maioria dos casos a tendência é que os direitos da personalidade *de cujus* sobressaiam sobre a liberdade de imprensa, em razão da ausência de controle estatal sobre as atividades da imprensa, resultante da rápida evolução tecnológica dos meios de comunicação. No entanto, não se pode estabelecer um parâmetro para solucionar o conflito entre tais direitos, sendo crucial a aplicação do princípio da proporcionalidade – evidenciado pela adequação, necessidade e ponderação – para buscar da solução ideal, resguardando o princípio mais relevante ao caso concreto.

### 3. 2 POSICIONAMENTOS JURISPRUDENCIAIS

Em sede de julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 130, que tinha por escopo analisar a recepção ou não da Lei 5.250/67 (Lei de Imprensa) ao ordenamento jurídico, o Ministro Celso de Mello assegurou:

A mesma Constituição que garante a liberdade de expressão, garante também outros direitos fundamentais, como os direitos à inviolabilidade, à privacidade, à honra e à dignidade humana. Esses direitos são limitações constitucionais à liberdade de imprensa. E sempre que essas garantias, de mesma estatura, estiverem em conflito, o Poder Judiciário deverá definir qual dos direitos deverá prevalecer, em cada caso, com base no princípio da proporcionalidade (BRASIL, 2009, s. p.).

A seguir, Marmelstein (2008, p. 367) traz algumas orientações capazes de nortear a decisão do magistrado em casos de conflito entre a liberdade de imprensa e direitos da personalidade:

[...] I – importância da informação (a informação é de interesse público?); II – intuito de lucro (está havendo lucro direto com a divulgação da informação ou da imagem?); III – violação da honra (a divulgação da matéria/imagem viola a intimidade do interessado?); IV - intimidade (a divulgação da matéria/imagem viola a intimidade do interessado? É um lugar público ou privado? É um lugar exposto ao público ou é um lugar reservado?); V – veracidade da informação (a informação é verdadeira?).

Observa-se que é de suma importância a adoção do procedimento em comento, posto que este direciona o magistrado ou a quem interesse à solução do conflito entre a liberdade de imprensa e os direitos da personalidade do morto. Serão explanados alguns casos, a título exemplificativo.

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu por responsabilizar um jornalista e uma emissora de televisão pela violação dos direitos *post mortem* de um adolescente, conforme ementa a seguir:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. IMPRENSA. NOTÍCIA PUBLICADA EM JORNAL E PROGRAMA DE TELEVISÃO APRESENTANDO O NOME E A IMAGEM DE MENOR MORTO COM ATRIBUIÇÃO DA AUTORIA DE ATO INFRACIONAL. FATO VEDADO E TIPIFICADO COMO CRIME PELO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA). PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL COMO EXCEÇÃO AO PRINCÍPIO DA LIBERDADE DE INFORMAÇÃO. OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR. JUROS DE MORA. RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL. SÚMULA 54/STJ. 1. Tratando-se de matéria veiculada pela imprensa, a responsabilidade civil por danos morais exsurge quando o texto publicado extrapola os limites da informação, evidenciando a intenção de injuriar, difamar e caluniar terceiro (REsp 1390560/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/10/2013, DJe 14/10/2013). 2. Caracterização automática do abuso do direito de informar na hipótese de publicação do nome e da imagem de menor morto, atribuindo-lhe autoria de ato infracional, violando o princípio da proteção integral da criança e adolescente, positivado nos artigos 143 e 247 do ECA. 4. Termo inicial dos juros de mora, na responsabilidade civil extracontratual, a partir da data do evento danoso. Súmula 54/STJ. 5. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO (BRASIL, 2014, s. p.).

Verifica-se que na situação em análise a imprensa atuou de maneira sensacionalista, publicando imagens do corpo do adolescente assassinado e imputando-lhe ato infracional, sem ao menos se preocupar em verificar a veracidade de suas alegações. Assim como, ofendeu a honra do *de cujus*, qualificando-o como “assaltante” e “bandido”.

Desta forma, a imprensa agiu ilicitamente, ultrapassando os limites da informação, e, por este motivo, foi responsabilizada em âmbito civil e penal.

No mesmo sentido, decidiu o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro:

APELAÇÃO CÍVEL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAL E MORAL. REPORTAGEM QUE NOTICIA O ÓBITO DO EX-ESPOSO DA AUTORA, VÍTIMA DE CRIME DE HOMICÍDIO E FOTOGRAFIAS NAS QUAIS A VÍTIMA APARECE MORTA E ENSANGUENTADA. PROCEDÊNCIA PARCIAL DO PEDIDO. RECURSO DO RÉU OBJETIVANDO A IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO E, EM ÚLTIMA ANÁLISE, A REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. CONFLITO APARENTE ENTRE OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE LIBERDADE DE INFORMAÇÃO E DE IMPRENSA E DE INVIOABILIDADE DA IMAGEM DA PESSOA, PREVISTOS NOS ARTS. 5º, IV, IX, X E XIV E 220, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. O CÔNJUGE SOBREVIVENTE POSSUI LEGITIMAÇÃO PARA POSTULAR INDENIZAÇÃO DECORRENTE DA LESÃO AO DIREITO DE PERSONALIDADE DO MORTO, NA FORMA DOS ART. 12 E 20, DO CÓDIGO CIVIL. VIOLAÇÃO DO DIREITO DE IMAGEM. REPORTAGEM QUE SE MOSTRA SENSACIONALISTA. DEVER DE INDENIZAR. INDENIZAÇÃO FIXADA EM OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. DESPROVIMENTO DO RECURSO (BRASIL, 2015, s. p.).

Trata-se de apelação cível que reconhece a legitimação do cônjuge supérstite para postular ressarcimento contra os danos decorrentes de publicações sensacionalistas e violadoras da imagem de seu ex-companheiro, vítima de crime de homicídio.

Contata-se a condenação da imprensa ao pagamento de danos morais em favor da autora, em decorrência da exposição indevida do cadáver de seu ente querido, restando demonstrada a violação de sua esfera íntima. Neste caso, o direito da personalidade do *de cujus* demonstrou-se mais relevante do que a liberdade de imprensa.

Por sua vez, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, decidiu em sentido contrário:

**IMPRENSA - LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO X DIREITO À HONRA - LIBERDADE DE IMPRENSA E DEMOCRACIA - INTERVENÇÃO ESTATAL EXCEPCIONAL - LIMITES À CENSURA A POSTERIORI PRECEDENTES DO STF E DO STJ - MATÉRIA JORNALÍSTICA DE CUNHO INFORMATIVO QUE SE LIMITA A RELATAR FATOS CONHECIDOS NO AMBIENTE EM QUE VIVIA PESSOA ASSASSINADA - NOTÍCIA QUE NÃO LEVANTA SUSPEITAS SOBRE O AUTOR, MAS SIM SOBRE MILICIANOS (FLS. 14/15) - PRESERVAÇÃO DA LIBERDADE DE IMPRENSA DANO MORAL NÃO CONFIGURADO - DIREITO CIVIL E CONSTITUCIONAL. LIBERDADE DE IMPRENSA. DIREITOS DA PERSONALIDADE. SOLUÇÃO DE CONFLITOS. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. MATÉRIA JORNALÍSTICA QUE NÃO**

DESBORDA DOS LIMITES DO DIREITO DE INFORMAR, DE OPINAR E DE CRITICAR. RESPONSABILIDADE CIVIL NÃO CARACTERIZADA. I. A LIBERDADE DE IMPRENSA E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE COABITAM O TEXTO CONSTITUCIONAL SEM QUALQUER RELAÇÃO DE PREEMINÊNCIA OU SUBORDINAÇÃO. SÃO VALORES E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS QUE NÃO SE EXCLUEM NEM SE SOBREPUJAM E QUE DEVEM SER PONDERADOS DE ACORDO COM AS PARTICULARIDADES DO CASO CONCRETO. II. COMO NÃO EXISTEM ANTINOMIAS NO PLANO CONSTITUCIONAL, SOBRETUDO EM RELAÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS, SE OS DIREITOS DA PERSONALIDADE (CF, ART. 5º, V E X) ESTIVEREM EM CONFRONTO, EM DADO CONTEXTO FÁTICO, COM OUTRO DIREITO DE IGUAL ESTATURA CONSTITUCIONAL, COMO O DIREITO À MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO E O DIREITO À INFORMAÇÃO (CF, ARTIGOS 5º, INCISOS IV, IX E XIV E 220), CABE AO JUIZ PROCEDER A UMA VALORAÇÃO, SEGUNDO O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE, HÁBIL A DESVENDAR AQUELE QUE, NA ESPÉCIE, DEVE SER PRESTIGIADO JUDICIALMENTE. III. NÃO SE COLHENDO DO DIREITO VIGENTE FÓRMULA JURÍDICA ESTÁTICA PARA A SUPERAÇÃO DE CONFLITOS ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS, CABE AO JUIZ SOLUCIONÁ-LOS À LUZ DAS SITUAÇÕES CONCRETAS E MEDIANTE AS FERRAMENTAS HERMENÊUTICAS HAURIDAS DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. IV. NÃO CONSTITUI ATO ILÍCITO A VEICULAÇÃO DE REPORTAGEM QUE DESTACA ASPECTOS DO DESEMPENHO DA ATIVIDADE PARLAMENTAR E QUE EXPÕE O PONTO DE VISTA CRÍTICO DO JORNALISTA. V. A SE CONSIDERAR ILÍCITA A CRÍTICA JORNALÍSTICA, A PRÓPRIA LIBERDADE DE IMPRENSA FICARIA SUBMERSA NO TERRENO DA ILEGALIDADE, RACIOCÍNIO QUE NÃO RESISTE AO MÍNIMO CONFRONTO COM O TEXTO CONSTITUCIONAL E QUE DESMERECE O PAPEL DESSE DIREITO FUNDAMENTAL NA FORMAÇÃO E NA SUSTENTAÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO. VI. NÃO ABANDONA A LINHA INFORMATIVA PROTEGIDA CONSTITUCIONALMENTE MATÉRIA FAZ ABORDAGEM CRÍTICA DO USO DE VERBA PÚBLICA POR SENADOR DA REPÚBLICA E QUE CONTÉM AVALIAÇÃO DEMERITÓRIA DA PERFORMANCE PARLAMENTAR. VII. SE A MATÉRIA JORNALÍSTICA NÃO DESBORDA DOS LIMITES DOS DIREITOS DE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO E DE INFORMAÇÃO CONSAGRADOS NOS ARTIGOS 5º, INCISOS IV, IX E XIV, E 220 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NÃO HÁ QUE SE FALAR EM RESPONSABILIDADE CIVIL. VIII. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. IMPROCEDÊNCIA MANUTENÇÃO (BRASIL, 2013, s. p., grifo do autor).

Observa-se no caso acima não há a ocorrência de indenização por dano moral em face da imprensa jornalística, uma vez que se encontra ausente a intenção de violar os direitos do *de cujus*. Denota-se que a matéria se vincula ao dever de informar, característico do Estado democrático de Direito.

Seguindo a mesma linha, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, em âmbito de apelação cível, julgou pela não caracterização de dano moral decorrente do exercício jornalístico perante os direitos da personalidade:

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. LIBERDADE DE IMPRENSA. HONRA. NÃO VIOLAÇÃO.

Em se tratando de colisão de direitos fundamentais - liberdade de imprensa X direito à imagem e à honra - não há solução normativa prévia sobre qual dos direitos deve prevalecer. A solução do conflito passa pela ponderação dos interesses legítimos, à luz das particularidades do caso concreto. É tranquilo o entendimento no sentido de que "Em se tratando de matéria veiculada pela imprensa, a responsabilidade civil por danos morais exsurge quando o texto publicado evidencia a intenção de injuriar, difamar ou caluniar terceiro" (STJ, REsp 1390560/SP). Na hipótese, não restou caracterizado o agir abusivo do réu, que publicou informações verídicas e de manifesto interesse público. Como alguém que exerceu diversos cargos políticos e, na época, recentemente havia deixado o cargo de assessor parlamentar, o autor está sujeito à opinião pública. E, para a formação dessa opinião, nada mais essencial do que a informação, cujo meio de maior difusão é a imprensa, ao lado da cada vez mais utilizada rede mundial de computadores. Nesta medida, as reportagens e opiniões veiculadas pelo réu encontram-se amparadas pelo disposto no art. 5º, IX, e no art. 220 da Constituição Federal. Sentença de improcedência confirmada. APELO DESPROVIDO (BRASIL, 2014, s. p.).

Não obstante a presente jurisprudência envolver os direitos da personalidade de pessoa viva, verifica-se que tal entendimento por também se estender aos casos *post mortem*, posto que quando a mídia age dentro de seu exercício regular de direito, não há que se falar em responsabilização da mesma.

Ante o exposto, abstrai-se que para julgar casos que envolvam a colisão entre liberdade de imprensa e direitos da personalidade *post mortem*, é preciso aplicar o princípio da proporcionalidade. Para tanto, primeiramente, deve o magistrado tentar harmonizá-los. Se não for possível, o segundo passo será analisar, com base na necessidade de cada caso, qual princípio se sobressai, empregando a técnica de ponderação, posto que pode variar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Firmados os aspectos pertinentes ao debate, conclui-se que os direitos da personalidade, previstos no artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal, encontram-se acobertados pelo prisma da dignidade da pessoa humana, princípio basilar do Estado democrático de Direito, presente no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal.

É indispensável a proteção do patrimônio moral da pessoa morta, em respeito à sua memória e aos sentimentos de seus familiares. Mas, infelizmente, com a rápida evolução dos meios de comunicação, tornaram-se comuns as condutas ilícitas perpetradas contra a memória ou a integridade física dos cadáveres. Os episódios de violação dos direitos *post mortem* não ocasionam meros aborrecimentos à família, mas lesões em grande escala.

Desta maneira, diante da violação do patrimônio material ou imaterial, a família do morto possui legitimidade ativa para a cobrança de indenização por danos morais e/ou materiais, a serem analisados de acordo as particularidades de cada caso.

Por sua vez, a liberdade de imprensa, uma das mais antigas reivindicações realizadas pelo homem, prevista no artigo 5º, inciso IX, da Constituição Federal de 1988, contribuindo imensamente para a construção de um Estado democrático de Direito, por ser um dos meios pelos quais se fornece informações ao público.

A liberdade de imprensa é um meio propiciador de informação, bem como ferramenta utilizada para a expressão e manifestação do pensamento, encontrando respaldo no princípio da democracia, previsto no artigo 1º, *caput*, da Constituição Federal. Serve como defesa da opinião pública, preservando todos os direitos



essenciais da coletividade contra os excessos e arbitrariedades cometidos pelo Estado.

Diante do que foi elucidado, verificou-se que a maneira adequada para solucionar a colisão entre liberdade de imprensa e direitos da personalidade do morto consiste na aplicação do princípio da proporcionalidade pelo magistrado, valendo-se da adequação, necessidade e ponderação, de acordo com as exigências de cada caso.

Não obstante que na maioria das vezes este procedimento tenha uma tendência a proteger os direitos da personalidade do morto, não quer dizer que o resultado sempre será esse, isto porque os princípios do Direito são conjuntos de regras jurídicas abstratas adaptáveis ao caso concreto na busca pela real produção de justiça.

Por fim, fazendo uso da proporcionalidade é possível alcançar o resultado viável para cada caso, no tocante à qual direito fundamental se sobressair nesta dicotomia. As etapas incluem a análise do grau de sacrifício do princípio, a importância do outro princípio, assim como, se tal sacrifício é justificável.

## REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. São Paulo: Malheiros, 2008.

ANDRADE, José Carlos Vieira de. **Os direitos fundamentais na constituição portuguesa de 1976**. Coimbra: Livraria Almedina, 2004.

BARBOSA, Rui. **A imprensa e o dever da verdade**. São Paulo: Papagaio, 2004.

BARRETO, Wanderlei de Paula. **Comentário ao código civil brasileiro**. vol.1. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da constituição**: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora. São Paulo: Saraiva, 1996.

BITTAR, Carlos Alberto. **Direitos da Personalidade**. Forense, Rio de Janeiro, 1995; 2001; 2003.

BRASIL. Constituição Federal. **VadeMecum compacto Saraiva**. 11. ed. atual e ampl. São Paulo: Saraiva, 2015.

\_\_\_\_\_. Código Civil. **VadeMecum compacto Saraiva**. 11. ed. atual e ampl. São Paulo: Saraiva, 2015.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **ADPF: 130/DF**. Relator: Ministro Ayres Britto. Data de julgamento: 30/4/2009, Plenário, DJE de 6/11/2009. Disponível em: <<http://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/14714009/arguicao-de-descumprimento-de-preceito-fundamental-adpf-130-df>>. Acesso em: 27 maio 2016.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 521697/RJ**. Relator: Ministro CESAR ASFOR ROCHA, Data de Julgamento: 16/02/2006, T4 - QUARTA TURMA. Data de Publicação: DJ 20/03/2006 p. 276RDR vol. 38 p. 332RSTJ vol. 201 p. 449. Disponível em: <<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/7173288/recurso-especial-resp-521697-rj-2003-0053354-3>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **REsp: 436070/CE**. Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 04/11/2004, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ 04/04/2005 p. 298 RDR vol. 31 p. 428 RDR vol. 32 p. 255. Disponível em: <<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/7230087/recurso-especial-resp-436070-ce-2002-0055461-8/inteiro-teor-12978840>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1388994/SP**. Relat0ra: Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/09/2013, DJe 29/11/2013. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/79096046/djsp-judicial-2a-instancia-29-10-2014-pg-437>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **AgRg no REsp: 1354696 PR 2012/0239408-5**. Relator: Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Data de Julgamento: 23/10/2014, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 31/10/2014. Disponível em:< <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/153482277/agravo-regimental-no-recurso-especial-agrg-no-resp-1354696-pr-2012-0239408-5>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito constitucional**. 6. ed. rev. Coimbra: Almedina, 1995.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de responsabilidade civil**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CIFUENTES, Santos. **Derechos personalísimos**. 2. ed. Buenos Aires, 1995.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito civil**. vol. 1. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

CONVENÇÃO Americana de Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm>>. Acesso em: 29 maio 2016.

CRETELLA JÚNIOR. José. **Curso de direito romano: o direito romano e o direito civil brasileiro no novo Código Civil**. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Curso de Direito Administrativo**. 7. ed. São Paulo: Podium, 2009.

CUPIS, Adriano de. **Os direitos da personalidade**. Campinas: Romana Jurídica, 2004.

DECLARAÇÃO de direitos humanos. Disponível em: <[http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/declar\\_dir\\_homem\\_cidadao.pdf](http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/declar_dir_homem_cidadao.pdf)> Acesso em: 29 maio 2016.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: Responsabilidade Civil**. vol. 7. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

\_\_\_\_\_. **Curso de direito civil brasileiro: Teoria Geral do Direito Civil.** vol. 1. 25. ed. São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Curso de direito civil brasileiro.** 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DONNINI, Rogério Ferraz. **Imprensa livre, dano moral, dano à imagem, e sua quantificação à luz do novo Código Civil.** São Paulo: Método, 2002.

DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério.** Trad. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FARIAS, Cristiano Chaves de. **Direito civil: teoria geral.** 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005; 2007.

FIUZA, César. **Direito Civil: curso completo.** 9. ed. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2006.

GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. **Novo curso de direito civil.** vol. 1. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

GARCIA, Enéas Costa. **Direito geral da personalidade no sistema jurídico brasileiro.** São Paulo: Juarez de Oliveira, 2007.

GOMES, Orlando. **Introdução ao direito civil.** Rio de Janeiro: Forense, 1974.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro – Parte Geral.** vol.1. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

JABUR, Gilberto Haddad. **Liberdade de pensamento e o direito à vida privada: conflito entre direitos da personalidade.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

JUNIOR, Paulo José da Costa. **O Direito de estar só.** 2. ed. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1995.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes e Outros Escritos.** São Paulo: Martin Claret, 2004.

LECLERC, Henri; THÉOLLEYRE, Jean-Marc. **As mídias e a justiça: liberdade de imprensa e respeito ao direito.** Bauru: Edusc, 2007.

LEWICKI, Bruno. **A privacidade da pessoa humana no ambiente de trabalho.** Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

LOPES, Miguel Maria de Serpa. **Curso de direito civil.** Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1989.

MENDES, Gillmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

\_\_\_\_\_; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 7. ed. ver. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

MARMELSTEIN, George. **Curso de direitos fundamentais**. São Paulo: Atlas, 2008.

MARX, Karl. **Liberdade de Imprensa**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

TUDO RONDÔNIA NOTÍCIAS. **MP expede recomendação sobre publicação de imagens de impacto em sites de notícias em Ariquemes**. Disponível em: <<http://www.tudorondonia.com.br/noticias/mp-expede-recomendacao-sobre-publicacao-de-imagens-de-impacto-em-sites-de-noticias-em-ariquemes-42789.shtml>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

NALINI, José Renato. **Jurídico-filosóficas sobre a morte**: Pronto para partir?. Revista dos Tribunais. São Paulo, 2011.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. **APL: 01904694420138190001/RJ**. Relator: HORÁCIO DOS SANTOS RIBEIRO NETO, Data de Julgamento: 24/05/2016. DÉCIMA QUINTA CÂMARA CÍVEL. Data de Publicação: 30/05/2016. Disponível em: <<http://tj-rj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/342655694/apelacao-apl-1904694420138190001-rio-de-janeiro-capital-6-vara-civel>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. **APL: 00151573520058190001/RJ**. Relator: DES. NORMA SUELY FONSECA QUINTES, Data de Julgamento: 04/08/2015. OITAVA CAMARA CIVEL. Data de Publicação: 03/09/2015. Disponível em: <<http://tj-rj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/228535005/apelacao-apl-151573520058190001-rj-0015157-3520058190001>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. **AC: 70061387098/RS**. Relator: Eugênio Facchini Neto, Data de Julgamento: 24/09/2014, Nona Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 26/09/2014. Disponível em:< <http://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/141961457/apelacao-civel-ac-70061387098-rs>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

SILVA, Justino Adriano Farias da. **Tratado do direito funerário**. vol.1. São Paulo: Método, 2000.

SILVA, Plácido e. **Vocabulário jurídico**. vol. 2. São Paulo: Forense, 1967.

SILVA, Edson Ferreira da. **Direito à intimidade**. 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

SILVA, José Afonso. **Curso de direito constitucional positivo**. São Paulo: Malheiros, 2001.

SOUZA, Rabindranath Valentino Aleixo Capelo de. **O direito geral da personalidade**. Coimbra: Coimbra Editora, 1995.

PUCCINELLI JÚNIOR, André. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2012.

SZANIAWSKI, Elimar. **Direitos de personalidade e sua tutela**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

TEPEDINO, Gustavo. **Temas de direito civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: responsabilidade civil**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

## OBRAS CONSULTADAS

COSTA, Priscylla Just Mariz. A tutela do direito à imagem da pessoa pública. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 16, n. 3010, 28 set. 2011. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/20093>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico**: explicação das normas da ABNT. 16. ed. Porto Alegre: Dáctilo Plus, 2013.

MAFRA., Francisco. Liberdade de pensamento: algumas notas. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, VIII, n. 20, fev. 2005. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=789](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=789)>. Acesso em: 12. jun. 2016.

MELO. Nehemias Domingos de. **Dano moral**: Problemática do cabimento à fixação do *quantum*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.

NOBRE, Edílson Pereira. **O Direito Brasileiro e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana**. Revista de Informação Legislativa. Brasília, ano 37, número 145, jan./mar. 2000.

ROSPA, Aline Martins. O papel do direito fundamental à liberdade de imprensa no estado brasileiro. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 92, set. 2011. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=10287&revista\\_caderno=9](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10287&revista_caderno=9)>. Acesso em: 12 jun. 2016.